



EXPERIÊNCIAS CIENTÍFICAS INOVADORAS

NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPA/BELÉM

Série Resenhas Pedagógicas n. 3

Maria Ludetana Araújo
Organizadora

Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental na Amazônia - GEAMAZ
2023
Belém - Pará - Brasil

Experiências Científicas Inovadoras no Curso de Pedagogia da UFPA/Belém

Série Resenhas Pedagógicas n. 3



Organização:

Maria Ludetana Araujo

Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental na Amazônia - GEAMAZ
2023
Belém - Pará - Brasil

Organização

Maria Ludetana Araujo

Conselho Editorial

Albiane Oliveira Gomes - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Antônio Sousa Alves - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Denise de Souza Simões Rodrigues - Universidade Estadual do Pará (UEPA)

Henri Bouche - Universidad CEU Cardenal Herrera de Valencia (Espanha)

Francisco Willams Campos Lima - Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Editado por

Grupo de Estudos em Educação Ambiental na Amazônia - GEAMAZ Instituto de Ciências da Educação - Sala 202 R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110 Site: www.geamaz-ufpa.com.br E-mail: geamazufpa@gmail.com, gpgeamaz@gmail.com

Revisão final

Ana Paula Batista da Silva Brito

Capa e Imagem da Capa

Bárbara Chagas da Silva

Declaração de direitos autorais

Esta publicação reúne textos de pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Pará (UFPA), na condição de alunos de graduação e pós-graduação. O(s) autor(es) declaram que são integralmente responsáveis pela totalidade do conteúdo da contribuição e que a Organizadora está expressamente isenta de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo apresentado, tendo, assim, finalidade meramente informativa e educativa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A658e Araujo, Maria Ludetana.

Experiências Científicas Inovadoras no Curso de Pedagogia da UFPA/Belém / Maria Ludetana Araujo. Série Resenhas Pedagógicas n. 3, Belém: Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental na Amazônia/GEAMAZ. — 2023.

78 f. : il. color.

ISBN: 978-65-00-88202-5.

1. Pedagogia. 2. Organização social. 3. Multidisciplinar. 4. Educação ambiental. I. Título.

CDD 370

Apresentação

É com muita alegria e reponsabilidade que apresento o terceiro volume do livro denominado “Experiências científicas inovadoras no Curso de Pedagogia da UFPA, campus Belém” em que se propôs a realizar textos desenvolvidos no decorrer da disciplina “*Pedagogia em Organizações Sociais*”, ofertada como obrigatória no currículo do curso, expondo a produção escrita de alguns alunos que a cursaram.

A experiência de produção de capítulo para este livro ofertada aos alunos é uma oportunidade de grande valia para quem está cursando o início do curso de Pedagogia, haja vista a importância do acesso do aluno a publicações desde o começo da sua graduação já que tal experiência geralmente ocorre apenas ao final do curso com a produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Oportunizar aos estudantes a publicação, em livro, de seu trabalho final de disciplina demonstra que, embora a inexperiência dos discentes nesse assunto, o esforço e comprometimento em desenvolver um texto com rigor acadêmico, dentro de suas limitações, existe e é de grande valia no desenvolvimento do profissional que serão.

O livro está dividido em temáticas gerais. A primeira abrange textos referentes à empresa Interceleri, localizada dentro do espaço da Universidade Federal do Pará e os seis últimos textos são de autoria de pesquisadores que estudam temáticas como espaços para privados de liberdades, equipe multidisciplinar, área do turismo, educação ambiental e a escola como espaço para a democracia, o que releva tipos de pedagogia que se materializam nos mais diversos espaços da sociedade.

Boa leitura!

Ana Paula Batista da Silva Brito
Doutoranda em Educação
Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

AS DIVERSAS FORMAS DE APLICAÇÃO DA PEDAGOGIA ALIADA AO USO DA TECNOLOGIA NA INTECELERI	6
<i>HIAGO PANTOJA DAS CHAGAS & MATHEUS DOS SANTOS LIMA</i>	
A PEDAGOGIA UTILIZADA EM AMBIENTES QUE TRABALHAM COM A TECNOLOGIA	14
<i>EDIANA LIMA GONÇALVES</i>	
PROCESSOS PEDAGÓGICOS EM AMBIENTE NÃO-ESCOLAR: O CASO DA INTECELERI	20
<i>DEBORAH DE SOUSA MOURA</i>	
ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PEDAGOGOS NO PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DA INTECELERI - TECNOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO	25
<i>ESTELA REGINA MARQUES LIMA</i>	
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: QUAL O PAPEL DA INTECELERI?	33
<i>KAILA MELO NORONHA</i>	
O PAPEL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA GARANTIA DO DIREITO SOCIOEDUCATIVO	37
<i>ÉMINA MÁRCIA NERY DOS SANTOS, ADRIANA DE NAZARÉ RIBEIRO DIAS & MARIA DO SOCORRO VASCONCELOS PEREIRA</i>	
O TRABALHO DE PEDAGOGOS E ENGENHEIROS NO ÂMBITO DO PROMABEN	46
<i>ELIDIANE DO SOCORRO SOUZA DE ASSIS & MARÍLIA DO NASCIMENTO BARBOSA</i>	
ASPECTOS PEDAGÓGICOS NOS ESPAÇOS DE TURISMO	51
<i>NATÁLIA CORRÊA DE FREITAS GARCIA & LARMARTINE FIGUEIREDO GARCIA</i>	
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SETORES SOCIAIS	55
<i>GLAICE DA SILVA NASCIMENTO & JOSÉ BITTENCOURT DA SILVA</i>	
CAMINHOS DA ESCOLA BÁSICA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: OS DESAFIOS PÓS- GOLPE DE 2016	61
<i>ÉMINA MÁRCIA NERY DOS SANTOS & MAÍRA SILVA NOGUEIRA</i>	
A IDEOLOGIA DO TERCEIRO SETOR PARA UMA PEDAGOGIA MERCANTIL	74
<i>GENILDA TEIXEIRA PEREIRA AMARAL & TEREZINHA FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS</i>	



AS DIVERSAS FORMAS DE APLICAÇÃO DA PEDAGOGIA ALIADA AO USO DA TECNOLOGIA NA INTECELERI

Hiago Pantoja das Chagas & Matheus dos Santos Lima

Introdução

De acordo com Montañó (2002) a sociedade civil foi desenvolvendo as suas esferas a partir das transformações ocorridas desde a era capitalista. Com isso, surgem três divisões principais que regem econômica e socialmente o contexto estatal, sendo eles: o Estado, as Instituições Privadas e as Organizações Não-Governamentais (ONG's), representando Primeiro, Segundo e Terceiro Setores respectivamente.

O primeiro setor é responsável por toda a administração dos recursos públicos destinados à população por meio de ações que estimulem a saúde, cultura, esporte, lazer etc. O Estado, como principal agente das questões sociais existentes no país é o principal responsável pela execução destes serviços. O segundo setor é representado pelas instituições privadas e pelo mercado capitalista, os quais possuem os seus interesses próprios para com o Primeiro e o Terceiro Setor. Ele cita ainda que este setor visa a lucratividade, como também o seu crescimento em vista, principalmente, de privatizações de entidades públicas.

Ainda de acordo com o autor, as ONG's e Organizações Sociais (OS) por sua vez são a representação do Terceiro Setor e elas são compostas por instituições geralmente de caráter filantrópico, que prestam apoio aos serviços não disponibilizados pelo Primeiro Setor. É importante ressaltar que este não possui fins lucrativos, entretanto, muitas vezes há interesses particulares dos que compõe estas instituições.

Entre algumas das atividades que essas organizações realizam, estão o desenvolvimento intelectual da comunidade, capacitação profissional de jovens, formação para técnicos da área da educação, entre outros. Este setor é parte integrante do contexto público social, pois um dos seus objetivos são, principalmente, atender as classes menos assistidas da sociedade. Contudo, também são consideradas privadas por, em alguns casos, receberem recursos financeiros do Primeiro e Segundo Setor como forma de custear tais atividades, ou até mesmo omitir a irresponsabilidade que o Primeiro Setor tem de garantir estes serviços à sociedade.



O papel central de uma ONG é criar formas de auxiliar indivíduos os quais não possuem condições financeiras e têm carência de necessidades básicas por meio de financiamento do governo. Segundo Oliveira e Cavalcanti (2014) durante anos pesquisas foram realizadas em relação a que papel a ONG assume dentro da sociedade e um deles seria o “processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade” (p.1-2). Logo, mesmo sendo uma organização social integrada ao Terceiro Setor, a ONG tem um papel fundamental para a formação de pessoas que não possuem acesso ao ensino formal.

Exemplo de empresa com finalidade educacional-mercado é a Inteceleri que atua no desenvolvimento tecnológico desde 2014 com o objetivo de aprimorar os índices de qualidade da educação básica no Brasil, com foco na matemática. Um dos seus projetos mais reconhecidos é o Matematicando, aplicativo com a proposta de ensinar as operações matemáticas aos alunos de forma prática e de fácil entendimento, ganhou rápida repercussão na região Norte do país, atendendo cerca de 250 mil alunos até 2019, bem como professores. Também, realizou parceria com o Google para a Educação (*Google for Education*), fornecendo ferramentas para instituições de ensino que utilizam os serviços da Google, segundo o site oficial da Inteceleri.

Assim, o objetivo deste trabalho é verificar como a pedagogia é aplicada em um espaço de desenvolvimento tecnológico, utilizando métodos educacionais com o uso da tecnologia como o Matematicando e o Geometa, (aplicativos que foram criados com o intuito de auxiliar crianças), e as suas ferramentas que facilitam o processo educativo de jovens e que estão gerando bons resultados na educação brasileira, com a contribuição da Inteceleri atuando na melhoria da aprendizagem, como mostra o site da organização.

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir da perspectiva de Gil (2002) o qual fala que este é um estudo que utiliza informações já coletadas por outros autores sobre diversas áreas do conhecimento e problemáticas da sociedade. Ademais, este tipo de pesquisa possui algumas vantagens para quem utiliza este método, entre elas:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2002, p.45)



Ou seja, a pesquisa bibliográfica é importante para o pesquisador por não precisar buscar informações de forma pessoal, tendo parte do conteúdo necessário já disponível para elaboração dos seus projetos.

Também, por meio de visita técnica no local de pesquisa onde tivemos contato com três pedagogas que integram a equipe da Inteceleri. Na ocasião, as colaboradoras explicaram todo o trabalho que desenvolvem no local, indo desde a convivência diária no ambiente de trabalho como nos projetos que são elaborados com a participação da Pedagogia para contribuir ainda mais nos resultados que a organização espera.

Como forma de auxílio para conhecimento das atividades desenvolvidas no local, foi elaborado um questionário composto por perguntas sobre a atuação da pedagoga responsável dentro da Inteceleri e sobre alguns dos principais projetos que obtiveram maior reconhecimento e resultados, o qual foi sendo respondido à medida que eram feitas as perguntas.

É importante frisar ainda que alguns excertos foram retirados das falas dos profissionais que também acompanharam a visita no dia em questão.

Discussão e resultados

A responsabilidade do Segundo Setor nas sociedades é de extrema importância quando se trata de estabilização estatal e econômica. O Segundo tende a ser um setor empresarial o qual necessita de indivíduos que possam usufruir de seus produtos, os quais variam de acessórios a materiais de trabalho porque é essa a lógica do sistema capitalista de produção. Este setor por sua vez não visa o crescimento social de cada pessoa, mesmo que muitas vezes pareça que seu objetivo seja esse, sempre há um interesse por trás que, na maioria dos casos, como abordado anteriormente, visa o lucro e a própria ascensão social a qual depende mutuamente do cliente e do Primeiro Setor.

O fato é que o Segundo Setor ocupa um lugar importante no mercado quando se trata de economia, tal fato é visto nas empresas que se instalam no Brasil e vendem seus produtos sem unificar, de forma econômica, fundos garantidos através das grandes vendas. Segundo o site UOL (*online*) “a importância desse setor está atrelada à geração de um grande volume de emprego e renda para a população”, ou seja, além de possuir um “compromisso” nesse auxílio ao país, ele também mantém uma economia estatal estável em relação a demanda de empregos.



Por mais que o Segundo Setor trabalhe muitas vezes em correlação com essas áreas que visam o desenvolvimento e sustentabilidade humana, ele também visa apenas o lucro que irá alcançar em todas as suas dimensões. Neste ponto, é possível salientar que o Segundo Setor se encaixa no Primeiro e no Terceiro e seu grau de importância é grande entre os dois, ao ponto que o lucro, que é seu principal objetivo, se torna mais importante que o auxílio de pessoas.

Porém, é necessário pontuar que o Segundo Setor é de grande importância para o país quando se trata de economia. O site também cita que “as atividades do setor secundário são importantes para a promoção de novas tecnologias em nível mundial”. Logo, o pensamento que essas empresas exploram trabalhadores não pode ser descartado assim como sua importância para a evolução e “compromisso” com a população em diversas áreas de atuação e não podem ser ignorados por mais que isso não faça parte de seu objetivo.

O Segundo Setor juntamente com o Primeiro possui uma relação próxima nesse cenário econômico, pelo fato que o país e o Estado geram materiais para que o Segundo Setor funcione, desde matérias primas para produção de utensílios a outros tipos. Logo, o Segundo Setor depende de alguma forma do Primeiro assim como ele depende do Segundo quando se fala sobre estabilidade econômica. Isso percorre vários caminhos e cenários e um deles se sobressai também sobre empresas as quais participam de áreas educacionais. Um exemplo é a empresa Inteceleri que é uma instituição privada e trabalha no ramo da educação, auxiliando escolas públicas e privadas com metodologias inovadoras de ensino.

A partir disso, com a visita realizada nesta instituição traremos à tona o papel que o profissional pedagogo desenvolve em um local de atuação predominantemente tecnológico, constituinte do Segundo Setor.

Ao chegar no local de visita, no dia 17 de outubro de 2022, fomos recepcionados pelo CEO¹ da Inteceleri, que nos levou para conhecer o espaço de trabalho e a equipe que convive diariamente e o ajuda a desenvolver tudo o que é planejado. É um ambiente de trabalho bastante agradável, com espaço para café e mesas para apresentação e discussão dos projetos. Não há separação de salas por setores de atuação, todos compartilham de um mesmo local para execução das atividades, com exceção do CEO, que utiliza de um mezanino para trabalhar e participar dos compromissos enquanto diretor da Inteceleri, com grande vista para os demais prédios da instituição em que está localizada e para as casas nos arredores do espaço.

¹ Abreviação de Chief Executive Officer, que significa Diretor Executivo.



Durante a apresentação do local, conhecemos um pouco da história da Inteceleri, passando pelas datas de criação dos principais projetos da empresa na área da educação. Nos foram apresentados também alguns dos parceiros da organização, empresas e instituições que contribuem com as suas atividades, seja adquirindo os seus produtos seja fazendo convênios para promoção deles.

Após conhecermos o espaço de trabalho da Inteceleri, fomos apresentados a pessoa responsável por toda parte pedagógica dos trabalhos realizados pela instituição, a qual foi a nossa entrevistada, que nos possibilitou ter conhecimento da sua participação dentro do espaço e como é a sua atuação nos projetos da organização.

Tomando o questionário como norteador da visita, foi perguntado a entrevistada qual era a função exercida por ela no local, a qual respondeu:

O meu trabalho tem algumas frentes, falando especificamente da pedagogia. Por exemplo, um dos trabalhos principais que eu preciso fazer aqui é o de gestão de pessoas. Nós temos aqui hoje 22 pessoas que trabalham com a Inteceleri, fora os consultores. Então eu não faço um trabalho somente como pedagoga, a gente precisa fazer a gestão do trabalho dessas pessoas (Informação Verbal).²

Em seguida, foi perguntado a entrevistada se durante a elaboração dos projetos da empresa era recebido alguma contribuição dos outros setores:

Sim, a gente sempre tenta estabelecer uma comunicação, uma coisa não funciona sem a outra. A equipe pedagógica não funciona sem a área de projetos, a equipe pedagógica não funciona sem a área de TI. Então se a gente não manter uma conversa em entre os setores a empresa não vai para a frente (Informação Verbal).³

É visto que, diante da fala da entrevistada, há uma grande colaboração de todas as áreas da empresa para que o serviço ocorra. Isso demonstra a preocupação da equipe pedagógica no desenvolvimento dos projetos criados pela organização.

Logo após, perguntamos se a entrevistada já tinha contribuído em algum projeto na empresa. Ela respondeu que precisou modificar a primeira versão do Matematicando para “deixá-lo mais didático, mais acessível aos alunos e mais compreensível para os professores” (Informação Verbal)⁴. Ela continuou respondendo que precisava montar uma estratégia

² Informação coletada da fala da pedagoga responsável da Inteceleri.

³ Informação coletada da fala da pedagoga responsável da Inteceleri.

⁴ Informação coletada da fala da pedagoga responsável da Inteceleri.



metodológica que se encaixasse dentro da sala de aula, e que se tornasse um diferencial, tanto pedagógico como de mercado.

Foi perguntado a entrevistada sobre quais eram as estratégias para elaboração dos métodos pedagógicos que a Inteceleri utilizava, ela respondeu:

Nós utilizamos algumas estratégias metodológicas que você pode pensar. Uma estratégia de alcance de metas, uma estratégia de desenvolvimento de liderança. Enfim, dependendo de qual área você quer atuar, você vai ter que encontrar uma que você goste (Informação Verbal).⁵

Ela continua dizendo que não é possível aplicar um método que é utilizado em uma escola pública e aplicar o mesmo método em uma escola particular. É necessário entender qual é o perfil dessa escola, o que necessitam, e a partir disso será possível encontrar um método que se encaixe neste contexto.

Ainda, foi perguntado sobre qual era a maior dificuldade para desenvolver as atividades no local:

A maior dificuldade hoje é deixar o time livre, manter o fluxo de trabalho sem pressão, para que consigam executar tudo conforme como estava previsto. A segunda coisa mais difícil é executar tudo neste tempo previsto. Hoje na Inteceleri a gente tem muitas atividades acontecendo, é difícil conseguir acompanhar todas elas (Informação Verbal).⁶

Foi perguntado sobre como se dava a atuação dos profissionais da pedagogia na aplicação dos projetos que a Inteceleri tem:

Hoje nós temos vários clientes, na capital e no interior do estado. Quando um diretor de uma escola precisa do nosso serviço, nós vamos até ele. Já teve vezes que nós fomos para o interior e ficamos até três dias prestando apoio direto, analisando as suas maneiras de trabalhar, reunindo com a equipe pedagógica. Realizamos também palestras de aprimoramento do uso das ferramentas de aulas com professores, de rede pública e privada (Informação Verbal).⁷

Durante a entrevista, foi perguntado também se as atuais ferramentas que a Inteceleri utiliza são suficientes para o público em geral. Ela respondeu:

A Inteceleri não possui hoje um projeto específico de inclusão para alunos com alguma necessidade especial. No desenvolvimento de algum trabalho em uma escola junto a coordenação e direção, é verificado a existência de algum aluno com necessidade especial e como os projetos da Inteceleri podem ser adaptados. Mas nem todas as necessidades especiais conseguem ser atendidas (Informação Verbal).⁸

⁵ Informação coletada da fala da pedagoga responsável da Inteceleri.

⁶ Informação coletada da fala da pedagoga responsável da Inteceleri.

⁷ Informação coletada da fala da pedagoga responsável da Inteceleri.

⁸ Informação coletada da fala da pedagoga responsável da Inteceleri.



A partir da fala da entrevistada, pode-se observar que há a necessidade de ser posto em pauta o problema dentro da Inteceleri que abrange as crianças com necessidades especiais que é a falta de acessibilidade. Diante disso, seria cabível que a empresa com sua própria dinâmica elaborasse formas de solucionar este empecilho, com ações criativas envolvendo a tecnologia. Caso contrário, por mais que a ideia acolha muitos estudantes com os seus métodos, uma parte irá continuar carente em relação a esse material se não possuir auxílio para utilizado.

Por fim, foi perguntado ainda se na opinião da entrevistada enquanto profissional da educação, o ensino auxiliado pela tecnologia era mais eficaz do que a tradicional forma de se educar, a qual respondeu que “a tecnologia não substitui a forma tradicional, mas sim auxilia”. Continua dizendo que a ideia é fazer um trabalho em conjunto, e que entendem que a tecnologia vai ajudar o professor a desenvolver melhor o seu trabalho.

Considerações

Ao final deste trabalho, é possível verificar que a atuação do pedagogo dentro de ambientes que fazem parte do Segundo Setor vai além do que se acredita que deve ser o trabalho deste profissional. Vemos que além do que se aprende na teoria durante a formação acadêmica, na prática este profissional acaba por ter outros tipos de trabalho que também envolvem pessoas, contudo, em um ambiente dominado pela tecnologia.

Observamos que o pedagogo pode contribuir para o aperfeiçoamento de metodologias de ensino de escolas que necessitam de suporte mais técnico, contribuindo assim para o avanço da educação.

Além dessas formas de aplicação do trabalho do pedagogo em espaços empresariais, observa-se que ainda falta por parte da Inteceleri uma atenção especial ao criar os seus produtos, se é possível que eles atendam a todos os usuários e que façam a inclusão de estudantes com algum tipo de necessidade especial, como também no atendimento as escolas, para que possam ser criadas estratégias junto a direção para acolhimento dessas pessoas.

Havia demais perguntas dentro do questionário que não foram possíveis de ser respondidas, algumas por ser de caráter particular da instituição. Contudo, acreditamos que conseguimos alcançar o objetivo deste trabalho, e assim contribuir para outros estudos sobre esta temática.



Referências

GIL, Antônio Carlos. 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INTECELERI. **Quem Somos**. Belém, 2022. Disponível em: <https://www.inteceleri.com.br/quem-somos> Acesso em 03 dez. 2022

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.

UOL. **Setor Secundário**. Mundo Educação, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/mundoeducacao.uol.com.br/amp/geografia/setor-secundario.htm> Acesso em: 03 dez. 2022.



A PEDAGOGIA UTILIZADA EM AMBIENTES QUE TRABALHAM COM A TECNOLOGIA

Ediana Lima Gonçalves

Introdução

De acordo com Montañó (2002) o primeiro setor é o Estado e o segundo são as instituições privadas, ou seja, o mercado, que complementam ditas as falhas do Estado, oferecendo mais qualidade a partir da cobrança de serviços e visando o lucro. O Terceiro setor dentro da organização da economia são as organizações/instituições sociais que surgem como uma nova questão social que não é pública e nem privada, são de caráter voluntário que não visariam o lucro, mas se mantêm por meio de doações e ajudas voluntárias e não obrigatórias. O Terceiro setor surge para instrumentalizar a sociedade, com o objetivo de garantir os direitos sociais das classes média e baixa que não tem acesso a alguns direitos como saúde e educação.

É possível observar que temos instituições públicas que visam garantir esses direitos sociais. Segundo Oliveira e Cavalcanti (2014) essas entidades do Terceiro Setor também são representadas pelas Organizações Não Governamentais (ONG's) que funcionam de maneira voluntária buscando garantir o direito da sociedade e também o acesso às políticas públicas.

As ONG's buscam assistir os sujeitos que não possuem assistência estatal, dando a eles uma oportunidade de ter acessos a educação, alimentação, saúde etc. No entanto, apesar de serem intituladas como públicas por serem direcionadas ao social elas também são consideradas privadas, pois nem todos têm acesso a elas atendendo assim somente uma parcela dos que precisam.

A pedagogia é uma área de formação que geralmente é vista apenas com a finalidade de ministrar aula, estar atuando em salas de aula. Mas, podemos ver de acordo com alguns autores que ela não se limita somente a isso, o pedagogo pode atuar em diversas áreas. Libâneo (1999, p. 6) afirmar que “a ideia de conceber o curso de Pedagogia como formação de professores, a meu ver, é muito simplista e reducionista, é, digamos, uma ideia de senso comum”.

O presente trabalho foi proposto na disciplina “Pedagogia em Organizações”, que nos trás justamente essa compreensão de que a atuação do pedagogo está além da sala de aula. Desse modo, a pesquisa verifica a atuação do pedagogo na Inteceleri, a qual é uma empresa que



trabalha com tecnologias voltadas para educação. Ela está instalada dentro de um espaço público que é a Universidade Federal do Pará (UFPA), porém é uma empresa privada já que tem um acesso restrito. O objetivo deste trabalho é compreender de que maneira o pedagogo atua na Inteceleri identificando seus limites e possibilidades. Para responder ao objetivo proposto foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo.

Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

A pesquisa de campo segundo Gil (2002) se foca em uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Para realizar a pesquisa de campo fizemos uma visita na Inteceleri no dia 17 de outubro de 2022, onde fomos recepcionados pelo CEO da empresa, ele nos apresentou o espaço inovação, prédio onde está localizado a sede da Inteceleri, após isso o CEO nos falou sobre os serviços que são ofertados pela empresa. Em seguida, para dar continuidade à recepção algumas funcionárias da empresa, ambas formadas em pedagogia, discutiram sobre o funcionamento e o andamento da empresa e esclareçam algumas dúvidas dos alunos presentes na visita.

Para nos auxiliar na escrita deste artigo, foram realizadas leituras de alguns autores que têm propriedade para falar dos assuntos que estão sendo abordados neste texto, autores como Carlos Montaña, Antonio Carlos Gil e José Libâneo.

Tecnologia para Educação

A educação no decorrer de sua história passou e ainda passa por diversas mudanças, assim, é necessário que também existam diferentes maneiras de como trabalhar ela e, uma das formas é por meio da tecnologia.



A tecnologia é uma ferramenta importante para a nossa atualidade, por meio dela as notícias chegam mais rápido, falamos com pessoas em outros lugares do mundo em questão de minutos. Enfim, os benefícios que ela nos proporciona são vários basta sabermos utilizar essa ferramenta de maneira adequada, e um modo inteligente de fazer um bom uso desta ferramenta e utilizá-la como auxílio na educação para buscarmos melhoria nas práticas educativas e no aprendizado dos estudantes. Podemos compreender com Axt (1999) que

A educação é a escola encontram-se impregnadas de tecnologia, tal como os demais setores da nossa sociedade, as tecnologias informacionais e da comunicação são uma realidade no nosso cotidiano e no cotidiano de alunos, professores e funcionários das escolas. A educação tecnológica não necessariamente a escrita, é fato para as novas gerações. Sob esta ótica as tecnologias da informação e da educação já estão na educação, já estão na escola (AXT, 1999, p. 55).

Sob essa perspectiva podemos entender que a educação já está no meio tecnológico, visto que, professores e alunos já tem um acesso a tecnologia. Assim, surge a necessidade de inovar o espaço educativo inserindo a tecnologia como auxílio da educação. Pois, como ela já está presente na sociedade não podemos ignorar esse fato, sendo assim, ela pode ser um utensílio benéfico que potencializa a educação, entretanto é necessário que haja uma ação coletiva entre sociedade, escola, professores e estudantes. Axt (2000) diz que:

[...] pensar nas tecnologias para a Educação supõe um exercício de reflexão de um coletivo, um coletivo que possa cooperativamente potencializar a tomada de decisões, assumir posições, criar iniciativas, traçar planos, estabelecer políticas, definir pedagogias, definir pontos de partida, inventar novos percursos, novos trajetos, em síntese: na escola, reinventar a Escola; potencializar a Educação pela aposta na reflexividade (AXT, 2000, p.56).

Desse modo, a Inteceleri vem atuando no mercado de Edtech desde 2014 com objetivo de inovar e conseqüentemente aumentar a qualidade da educação básica no Brasil (IDEB) por meio da tecnologia. O seu objetivo inicial era usar o meio tecnológico para mudar os dados em relação ao aprendizado da matemática, que por muito tempo eram baixos, desse modo eles decidiram inovar e mostrar que é possível ensinar e aprender de maneira diferente, a empresa conta com uma equipe que trabalha de maneira coletiva para obter sucesso em suas ações, ela é composta por funcionários de diversas áreas de formação. Uma área importante que nos interessa é a pedagogia, visto que buscamos compreender o papel desse pedagogo.

A Inteceleri busca por meio da tecnologia proporcionar a acessibilidade do ensino e da aprendizagem, eles trabalham para oferecerem às escolas e aos estudantes ideias novas e criativas, que buscam romper com o modo tradicional de ensino, visando melhoria e



qualidade. Para isso, utilizam aplicativos, realidade aumentada e estão trabalhando em algo totalmente novo, que ainda não está tão presente na sociedade, ou seja, está mergulhada no metaverso, ambas criações serão discutidas mais a frente no texto.

Inovação e qualidade para a educação básica⁹

A Inteceleri é uma Startup que surgiu no mercado com objetivo de inovar, sair dos métodos tradicionais de ensino e criar algo que ofereça qualidade para os seus clientes.

O pontapé inicial da Inteceleri foi o projeto “Matematicando”, de acordo com o site oficial da entidade o autor dele foi engenheiro paraense Walter Júnior, o Matematicando funciona como um jogo da memória, no qual cores e atividades neurolinguísticas são associadas às operações matemáticas para facilitar o aprendizado. A tabuada colorida está disponível em livro e na forma de aplicativo para smartphones, tablets e computadores. Como já foi dito, possui versão em livro e aplicativo o qual possui versão paga e uma versão gratuita para que os professores possam começar a atuar.

Ao visitarmos a instituição no dia 07 de outubro, o CEO nos falou sobre a parceria que eles tem com o *Google* e, mencionou sua participação em um evento na Califórnia sobre realidade virtual, ao retornar para o Brasil criaram uma outra aplicação o “Geometricando”, nele é possível aprender por meio de óculos de realidade virtual as formas geométricas.

Quando falamos sobre inovação, a Inteceleri se supera, eles criaram os seus próprios óculos de realidade virtual, pesando nas dificuldades que se tem para possuir acesso à essas ferramentas, para produzir os óculos eles utilizam matéria prima da própria Amazônia como o “miriti”, por isso foi nomeado “MiritiBord”, nele podemos utilizar nosso próprio celular e mergulhar no mundo da realidade aumentada.

O universo, a sociedade, as tecnologias estão sempre em constante evolução e nos trazendo novidades, e o mais recente que temos é o “Metaverso”. Como mencionamos anteriormente que é importante utilizar a tecnologia para a educação, a Inteceleri não deixa passar nenhuma e está sempre buscando inovar juntamente com as modificações da sociedade. Assim, eles estão desenvolvendo um novo produto que ainda está em fase de teste que é o “GeoMeta” a proposta dele não é somente a diversão do aluno, mas também

⁹ Informações colhidas de forma presencial.



objetiva um resultado positivo no aprendizado não só da matemática como também de outras áreas.

Para que todos esses projetos funcionem é necessário que se tenha um time que trabalhe para dar andamento em cada etapa, e a empresa conta com uma boa equipe que dar suporte para essa realização. Vamos falar em especial da equipe pedagógica que é onde o pedagogo atua.

No dia da visita, conhecemos a pedagoga que trabalha na instituição, ela nos apontou as funções que exerce no ambiente de trabalho, relatou que atualmente trabalha numa perspectiva diferente, na gestão de pessoas e na gestão de projetos e em alguns momentos até em gestão de negócios, empreendedorismo. Ela expôs um pouco do início de sua carreira na Inteceleri, primeiramente foi como estagiária, sem ideia do que ela faria dentro desse espaço como pedagoga, mas esclareceu que assim como ela estava iniciando na carreira a instituição também estava nessa fase inicial.

A coordenadora pedagógica explicou que hoje eles lidam totalmente com a escolas, então o trabalho dela possui algumas frentes, um dos trabalhos principais dela é a gestão de pessoas, devido ao fato de contarem com um quantitativo de 22 pessoas fora os consultores, então ela acaba não fazendo somente o papel de pedagoga que aprendemos na graduação. É necessário que ela faça a gestão do trabalho dessas pessoas, como elas estão fazendo, por exemplo, o quê elas estão fazendo, qual a melhor estratégia, se essa estratégia funciona dentro da escola. Para isso é preciso conhecer a escola entender como funciona uma sala de aula, o que um gestor faz, para que assim seja possível ajudar essas pessoas.

Ademais, a coordenação faz também toda a parte de desenvolvimento e melhoria de produtos, enquanto pedagoga, precisa deixar eles mais didáticos, mais acessível para os alunos e compreensível para o professor. Foi ressaltado pela pedagoga que é importante a atuação de pedagogos nas empresas, principalmente as que trabalham com educação como a Inteceleri, sem esses profissionais eles terão muita dificuldade em avançar, pois são técnicos e entendem de negócios, da operação, mas a execução para ser eficiente em determinada ação é necessário a mediação de um pedagogo que entende sobre pessoas.



Considerações finais

Concluimos que apesar da pedagogia ser vista ainda com essa limitação de atuação, a partir dessa pesquisa observamos que o pedagogo pode sim atuar em outras áreas que não sejam a sala de aula, que existem diversas possibilidades de seu exercício.

Discutimos neste texto a possibilidade de a pedagogia ser atuação em empresas, e chegamos à conclusão que é possível sim, que seja na gestão, organização enfim é um leque de possibilidades dependendo da especificidade de cada empresa.

Na Inteceleri o pedagogo atua para que haja um fluxo nos projetos e em todo o andamento dos trabalhos com os clientes, pois a Inteceleri trabalha com a tecnologia e os profissionais são muito técnicos, então o pedagogo entra justamente para suprir a questão da metodologia pedagógica, lidando com clientes que são escolas, alunos e professores.

Sendo assim, o pedagogo não deve se limitar apenas ao que vem sendo pregado por muito tempo, ele deve buscar essas novas possibilidades de atuação.

Referências

- AXT, M. Tecnologia na educação, tecnologia para a educação: um texto em construção. **Informática na educação: teoria & amp. prática**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, 2000. DOI: 10.22456/1982-1654.6392.
- GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, v. 4, p. 44-45, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Educar, Editora da UFPR, Curitiba, n. 17. 2001.
- MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.
- OLIVEIRA, A. A. R. O.; CAVALCANTI, M. C. M. **Ongs enquanto espaço não escolar**: de quais competências estamos falando? EPENN, 2014.



PROCESSOS PEDAGÓGICOS EM UM AMBIENTE NÃO-ESCOLAR: O CASO DA INTECELERI

Deborah de Sousa Moura

Introdução

Atualmente na sociedade existem três setores: o Primeiro que é o Estado, é responsável pelas políticas públicas e por garantir os direitos dos cidadãos; o Segundo que é o mercado e o Terceiro que segundo Montanõ (2002) se conceitua na junção desses dois primeiros setores, o mercado, ou seja, os empresários, políticos e pessoas com maior poder econômico e o Estado. No Terceiro setor são criadas organizações para ajudar e auxiliar pessoas com necessidades, tentando garantir os direitos da população, quando o Estado não dá conta. Diversas vezes essas organizações são criadas apenas com o intuito de ajudar a população, porém, é também comum ver a criação para promover a imagem de seus patrocinadores ou até mesmo para desviar verbas.

De acordo com Oliveira e Cavalcanti (2014) as Organizações Não-Governamentais (ONG's) são organizações criadas para suprir aquilo que o Estado não está dando conta de garantir para a população. Essas organizações se encontram no Terceiro setor, pois são privadas, por apoio e patrocínio virem todo do mercado, mas são consideradas também públicas por suprir uma necessidade do Estado, e pelo seu patrocinador não receber nenhum lucro com isso. Existem ONG's de vários tipos e para vários públicos, visando sempre os direitos, cidadania e educação.

Um exemplo de organização não escolar do segundo setor (privado) onde o pedagogo pode atuar é a Inteceleri, empresa que foi formada em 2013 com o objetivo de juntar educação e tecnologia, utilizando de ferramentas tecnológicas para alavancar a educação brasileira, principalmente o Ensino Básico, com jogos virtuais, aplicativos e equipamentos de realidade virtual para auxiliar professores e pais no processo de ensino de conteúdos pedagógicos (INTECELERI, *online*).

O artigo tem como objetivo analisar e compreender o trabalho do pedagogo no ambiente não-escolar da empresa Inteceleri. Utilizando da pesquisa bibliográfica que “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p. 105). E utilizando-se também



da pesquisa de campo realizada por meio de uma entrevista com os pedagogos que trabalham na empresa e uma visita nesta guiada por eles.

Este artigo foi escrito a partir de estudos sobre conceitos citados por Montanõ (2002) e Oliveira e Cavalcanti (2014) sobre os três setores e as Organizações Não-Governamentais (ONG's) que são necessários para a introdução do tema e de seu melhor entendimento.

Também foram realizadas pesquisas na internet; no site oficial da empresa (<https://www.inteceleri.com.br>) e no seu Instagram oficial (@inteceleri_oficial) para o estudo prévio da empresa para ter um mínimo conhecimento sobre ela e conseguir formular perguntas para serem utilizadas nas entrevistas com os pedagogos.

Educação e tecnologia caminhando juntas¹⁰

Atualmente com a tecnologia crescendo cada dia mais é necessário métodos de ensino atualizados para o processo de ensino-aprendizagem. A Inteceleri surgiu para tentar suprir essa necessidade a partir de ensino criando projetos, soluções e ferramentas. Alinhando à educação com a tecnologia, a partir de aplicativos educativos e formação de professores. Seus projetos são: o Geometricando VR, Matematicando, Laboratório Maker, Miritiboard VR e o Geometa que seria uma atualização do Geometricando. Seus produtos podem ser utilizados para várias áreas da educação, mas a empresa é principalmente voltada para o ensino da matemática.

Os projetos consistem em: **Geometricando VR:** É um aplicativo de realidade virtual para o aprendizado de Geometria Espacial; **Matematicando:** É um jogo, em aplicativo ou livro, para facilitar o aprendizado da matemática, através de cores e atividades neurolinguísticas.; **Laboratório Maker:** É um laboratório que guarda smartphones para utilizar as tecnologias e experimentação através da Realidade Virtual.; **Miritiboard VR:** Óculos de realidade virtual feito de fibra de miriti; **Geometa:** Atualização do Geometricando no metaverso.

Segundo a avaliação nacional do ensino básico, realizada em 2019, apenas 5% dos alunos saem do ensino médio sabendo matemática. A partir dessa enorme dificuldade na matéria a Inteceleri resolveu criar seu primeiro produto, o Matematicando, para que, utilizando de uma nova tecnologia, tentar mudar esse cenário brasileiro. A empresa também realiza olimpíadas do Matematicando, promovendo competições amigáveis entre alunos, através de

¹⁰As informações deste item foram retiradas de: site oficial da Inteceleri, <https://www.inteceleri.com.br>



provas e do aplicativo, tendo uma final com premiações, assim incentivando os alunos aos estudos da matemática de maneira mais descontraída.

Imagem 1

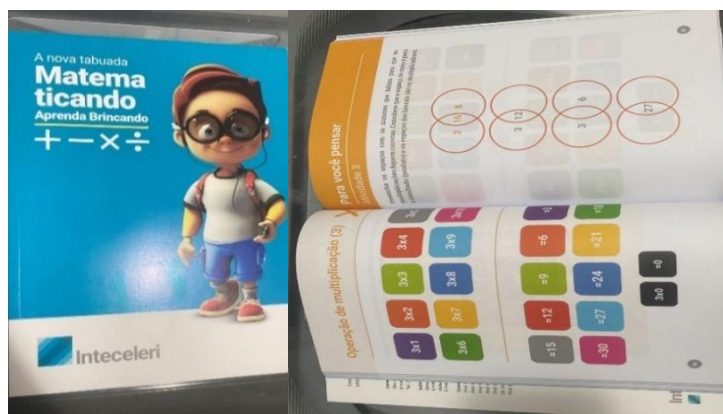


Foto: Livro Matematicando

A partir do Matematicando a Inteceleri criou seus outros projetos como o Geometricando VR e sua mais nova atualização o Geometa, que são jogos educativos que visam o ensino da matemática. O Geometa tem o intuito de ensinar geometria em uma imersão no Metaverso, mostrando formas geométricas que estão presentes no dia a dia, fórmulas matemáticas e fazendo perguntas. E para jogar utiliza-se do Miritiboard VR, mas ele não é utilizado somente para jogar o Geometa, ele pode ser utilizado de várias formas na sala de aula.

Imagem 2



Foto: Miritiboard VR

Laboratório Maker



Trabalho do pedagogo na empresa Inteceleri

Mas qual seria a função do pedagogo na empresa? O pedagogo auxilia na criação de projetos, na organização e nas formações de professores que a empresa realiza. Os projetos como Matematicando e Geometa precisam passar por uma análise pedagógica para conferir e alterar ou acrescentar algo necessário. A empresa precisa de organização das escolas que a contratam e isso também fica por conta dos pedagogos, como organizar os dados em planilhas e documentos, a mesma coisa nas olimpíadas do Matematicando, eles organizam os vencedores e seus pontos em planilhas, criam as provas, conferem gabaritos.

Como já citado anteriormente a empresa também realiza formação de professores, que são feitas pelos pedagogos, essas formações têm o intuito de mostrar novas ferramentas que podem ser utilizadas na sala de aula pelo professor para auxiliá-los de alguma forma. A empresa é parceira do *Google for Education* então nessas formações são apresentadas ferramentas do *Google* que podem ser utilizadas, como: *Google Docs*, *Drive*, *Google Sala de Aula*, entre outras. Então nessas formações, que são feitas presencialmente ou virtualmente pelo *Google Meet*, o pedagogo ensina para esses professores como utilizar essas ferramentas. Todas essas informações foram retiradas na entrevista realizada no dia da pesquisa de campo.

Considerações finais

Assim, conclui-se que o pedagogo não está somente no ambiente escolar, como é popularmente conhecido, o pedagogo pode atuar em vários lugares, como empresas e hospitais, pois seu trabalho não é apenas trabalhar com a Educação Infantil, mas sim organizar e coordenar o ambiente de trabalho.

Na empresa Inteceleri os pedagogos trabalham auxiliando na criação das tecnologias educacionais dando suporte pedagógico e dando ideias, também trabalham formando professores e os auxiliando ensinando novas tecnologias.



Referências

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.

OLIVEIRA, Alysson André Régis Oliveira; CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro. **Ongs enquanto espaço não escolar**: de quais competências estamos falando? EPENN, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Correz, 2007.

Site oficial da Inteceleri: <https://www.inteceleri.com.br>



ANÁLISE DAS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PEDAGOGOS NO PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DA INTECELERI - TECNOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO

Estela Regina Marques Lima

Introdução

Conforme Montañó (2002) o Primeiro Setor da economia é representado pelo Estado, o Segundo pelo Mercado e o Terceiro pelas instituições sociais sem fins lucrativos, como as Organizações Sociais (OS's) as quais atendem aos interesses sociais da coletividade que não foram supridos pelo poder público.

Dito isso, a demanda do Terceiro Setor está, aparentemente, no assistencialismo às camadas pobres, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais que as assolam. Entretanto, essa “assistência” não passa de um mecanismo neoliberal de transferência das responsabilidades estatais com as questões sociais da nação ao Terceiro Setor que pode gerar enfraquecimento dos processos democráticos numa falaciosa sociedade apartidária.

Para tanto, é utilizada a justificativa deturpada da escassez de recursos financeiros e a falta do retorno econômico das aplicações nos serviços essenciais, como saúde e educação. Por conseguinte, é indubitável o papel do novo setor no acentuamento dos problemas sociais, no comodismo da população com menor poder aquisitivo frente à banalização da própria sub cidadania e no enriquecimento exponencial dos grandes empresários mediante privatizações de bens anteriormente estatais (culminando no futuro desmonte deles) (MONTAÑO, 2002).

Além disso, Oliveira e Cavalcanti (2014) afirmam que o papel das Organizações Não Governamentais (ONG's) é de complementar a educação formal, por meio da aplicação de projetos que contemplem o viés sociocultural, almejando, portanto, a transformação da realidade de desequilíbrio do corpo social devido à formação de cidadãos críticos que contestarão o sistema capitalista.

Essa educação não-formal realizada por empresas e OS's requer grande planejamento para o alcance de seus objetivos; por isso, são aplicadas competências organizacionais, de negócios, técnico-profissionais e sociais bem articuladas. As ONG's podem ser consideradas públicas, porém privadas por atenderem à sociedade, ampliando o desenvolvimento integral dos sujeitos e atuarem, indiretamente, em conjunto com o projeto neoliberal de precarização



dos serviços sociais (pelas doações dos empresários); são públicas porque dão condições mínimas de acesso aos direitos de seguridade social prevista na Constituição Federal (1988).

Diante das informações apresentadas, percebe-se que o profissional de pedagogia pode atuar além da sala de aula, sendo possível a mediação de organizações empresariais do 2º e 3º setores, visto suas habilidades na aplicação de estratégias metodológicas que maximizam as potencialidades e a produtividade intelectual dos profissionais, bem como os resultados do empreendimento, devido à capacidade dos pedagogos na observação, formação e motivação dos trabalhadores, visando à cooperação ativa entre eles e a realização pessoal. Diante desse novo contexto, o pedagogo passa a ter uma função especial, primordial a desempenhar: passa a ser o motivador, o articulador, o mediador entre as diferentes instâncias do sistema organizacional, visando o desenvolvimento de novas competências com intuito de atender as demandas do mercado, mas também - e talvez a principal - o crescimento pessoal e profissional dos funcionários. Esse crescimento acontece através da aquisição de novos conhecimentos que são proporcionados no próprio local de trabalho. O pedagogo deve interagir, ouvir e interpretar as necessidades que os componentes desse espaço onde acontece o trabalho em equipe (TREVISAN; LAMEIRA, 2003, p. 3).

Dessa forma, é possível entender a relevância do profissional de pedagogia dentro das empresas, como é o caso da Inteceleri - Tecnologias Educacionais, que faz parte do segundo setor, cujos pedagogos são responsáveis pelo planejamento, organização, formação e capacitação de professores com as ferramentas educacionais criadas na empresa e voltadas à educação básica, em especial à área matemática.

Nessa perspectiva, foi realizada uma pesquisa bibliográfica mediante estudos em: Montañó (2002); Trevisan e Lameira (2003); Gil (2002); Gouvea e Carvalho (2014); Oliveira e Cavalcanti (2014); além do site oficial da empresa Inteceleri - Tecnologias Educacionais. Para Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Ademais, também ocorreu uma pesquisa de campo, com aplicação de questionário, na Inteceleri - Tecnologias Educacionais, com o objetivo de analisar as principais dificuldades encontradas pelos pedagogos dessa instituição no planejamento organizacional. Tipicamente, o estudo de campo se foca em uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das



atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p. 53).

Por conseguinte, foi elaborado um questionário de 6 (seis) questões que junto às observações *in loco* auxiliou na compreensão das dificuldades enfrentadas pelos pedagogos da Inteceleri no desenvolvimento e aplicação do planejamento organizacional. O presente trabalho foi dividido em duas partes: “Um olhar sobre a Inteceleri: sua história, soluções educacionais e a equipe pedagógica”; e “As principais dificuldades encontradas pelos pedagogos da Inteceleri.”

Um olhar sobre a inteceleri: sua história, soluções educacionais e a equipe pedagógica

De acordo com o site oficial da Inteceleri (2022), a empresa se trata de uma Startup localizada na Avenida Perimetral, sala 10 do 3º piso do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, na Universidade Federal do Pará - UFPA. Ela atua desde 2014 no desenvolvimento de soluções para melhorar a educação básica brasileira, especialmente na disciplina matemática, com a pesquisa contínua em produzir tecnologias de fácil utilização, como é o caso da Edutech Amazon (INTECELERI *online*, 2022):

Destacamos o projeto Edutech Amazon que é um conjunto de soluções educacionais tecnológicas (App GeoMeta, Óculos de realidade virtual MiritiBord VR, Laboratório Móvel Maker VR, App Matematicando e Implantação da Plataforma Digital *Google for Education*) já aplicado e consolidado no mercado educacional. (INTECELERI, 2022).

Foram criados também o Matematicando, tecnologia de apoio aos professores e alunos da aritmética básica; o Geometricando VR, com foco na geometria básica em realidade virtual, pelo uso dos óculos Miritiboard VR (de baixo custo e sustentável); e um projeto em andamento chamado GeoMeta, apoiado no metaverso educacional. Tais projetos têm grande potencial de crescimento nas regiões Norte e Nordeste, ou seja, a oportunidade de levar educação aliada à tecnologia e à sustentabilidade para diferentes estados, pois, conforme o próprio site da startup: “Já impactamos mais de 450 mil alunos em 5 estados (Pará, Amapá, Ceará, Maranhão e Amazonas) de mais 22 Municípios” (INTECELERI *online*, 2022).

O site da Inteceleri destaca que a organização da equipe é formada por 9 líderes de diferentes áreas, todos com titulação acima da graduação, desde especialistas até doutores. São



eles: Walter Júnior (Diretor Edu/CEO), Caio Matos (Diretor TI/CIO), Dilmar Batista (Líder de Conteúdo/Diretor), Bárbara Chagas (Líder Pedagógico), José Araújo (Líder de Vendas B2G), Maria Alexandrina (Líder de Vendas B2B), Thalita Carvalho (Líder de Projetos), Marden (Líder de Tecnologia) e Ewerton (Líder de Finanças/Administração). Além disso, como a pesquisa está voltada especificamente para a análise do trabalho dos pedagogos na organização empresarial, é válido salientar que os educadores do time educacional são: Carolina, Thalia, Mira, Juliana, Giovane e Kerlyane.

Por fim, com o intuito de analisar as questões que dificultam a prática do planejamento organizacional da Inteceleri e possibilitar o bem-estar da empresa e seus funcionários, foi realizada uma visita nessa instituição e aplicado um breve questionário a uma das pedagogas da equipe. Na ocasião da visita presencial, ficou perceptível que o espaço físico da empresa é bastante acolhedor, com cores vibrantes, salas grandes e confortáveis, espaço para descanso e cafeteria; possibilitando uma harmonia no ambiente, a qual é reiterada pelo trabalho incansável dos pedagogos. Assim, pôde-se perceber o papel fundamental dos profissionais de pedagogia nessa organização, visto suas habilidades na motivação de empregados, além da organização e articulação de projetos.

As principais dificuldades encontradas pelos pedagogos no planejamento organizacional da Inteceleri

A visita ao espaço da Inteceleri ocorreu no dia 17 de outubro de 2022, pela manhã, e foi aplicado um questionário sobre planejamento organizacional a uma das pedagogas da equipe dessa startup. De acordo com Gouvea e Carvalho (2014), o ato de determinar metas e definir os meios para alcançá-las é chamado planejamento, isto é, um processo iniciado pelo plano-base da empresa guiando as ações do gerente; um planejamento é considerado estratégico quando representa as estratégias de mercado da empresa, definindo os objetivos à longo prazo.

Logo, nota-se que o planejamento estratégico é próprio da administração e do mercado, por isso o trabalho do pedagogo sempre deve levar em conta os objetivos da empresa, de facilitar a educação básica pelo uso de mecanismos tecnológicos de fácil utilização, para que as metas sejam alcançadas e o profissional de pedagogia cumpra seu dever.

Quando perguntada sobre o papel do pedagogo na Inteceleri, a entrevistada respondeu que o principal papel é a gestão de pessoas, é conhecer os funcionários e aplicar estratégias para



a produtividade da empresa e seus profissionais, além de saber um pouquinho de tudo, como Marketing e T.I; é isso que garante uma formação multifacetada e um emprego.

Ela ainda acrescentou que a Inteceleri vende seus serviços às escolas interessadas e para proporcionar o que os clientes desejam, é imperativo que ela, enquanto líder pedagógica, visite e converse com os coordenadores, diretores e professores para explicar didaticamente como os recursos funcionam, inclusive realizando consultorias *online*, se necessário. Houve o relato da dificuldade em vender os livros didáticos da Inteceleri no momento em que ela foi contratada, a primeira pedagoga da empresa, devido a falta do potencial de atratividade e didática nele:

O livro tinha praticamente só a ideia da tabuada [...] Só isso [...] O que eu tive que fazer enquanto pedagoga foi torná-lo o mais didático possível e acessível para os alunos e professores, por uma estratégia metodológica que se encaixasse na sala de aula [...] Imagine se eu fosse vender essa tabuada para os diretores da empresa [...] estava claro que eu precisava de um diferencial de mercado e pedagógico [...] O diferencial da nova tabuada está nos materiais complementares, com esquemas de cores e animações, na preparação de professores para utilização desse material em classe, no recurso de livro online pelo aplicativo e QR code. (PEDAGOGA ENTREVISTADA, SIC).

Em relação ao método pedagógico na gestão da empresa, segundo a entrevistada, depende da situação enfrentada, ou seja, é um método adaptativo que varia de acordo com o objetivo almejado. Por exemplo, se o foco da gestão estiver no alcance de metas, será utilizado o método do marketing, já para uma estratégia de liderança será realizado o método de projetos. Para cada cliente é preciso adaptar o método aplicado.

Existem escolas que querem um método de implantação de tecnologias escolares [...] eu não posso usar o método que eu acho que seria bom para uma escola pública ou para uma escola privada, eu preciso investigar, analisar o ambiente escolar da instituição contratante, para escolher o que melhor se aplica ao perfil do cliente (PEDAGOGA ENTREVISTADA, SIC).

Questionada sobre a maior dificuldade de aplicação do planejamento organizacional da empresa, a entrevistada relatou que na verdade são dois os maiores obstáculos, ambos associados à entrega da demanda semanal e mensal da empresa:

A primeira grande dificuldade é deixar o time livre, pois há o dilema entre isso abrir espaço para falta de compromisso com os prazos, mas também é importante deixar o time flexível por engajar o aumento da produtividade; A segunda maior dificuldade é executar tudo dentro do prazo, pois são poucos profissionais na empresa, porque é pequena, uma startup, acabam ocorrendo muitas coisas fora do planejamento, o que pode sufocar o time. (PEDAGOGA ENTREVISTADA, SIC).

Outra questão trazida no questionário foi a de qual seria o maior obstáculo para a aplicação das tecnologias da Inteceleri no espaço escolar. Segundo a entrevistada, seria a resistência que alguns professores têm em aplicar tecnologias nas suas aulas, por preferirem



métodos mais tradicionais de ensino e não terem paciência para aprender a manipulá-las para fins educativos:

Encontramos muita resistência. Há muitos professores que estão na zona de conforto e não têm interesse em aprender mais sobre as tecnologias de ensino. Pensam “tô aqui, tô bem, com a cuca fresca”. Tem uma matéria na BCC Brasil que fala sobre a necessidade de professores mais jovens, pois têm mais facilidade em aprender a manipular as tecnologias. Quando você chega na escola, a “tiazinha” não vai querer usar as tecnologias, um exemplo disso foi o uso do google meet na pandemia [...] fazíamos consultoria para ensinar a mexer no meet e muitos professores mais velhos se aborrecer e saíam da sala, outros tinham medo de desconfigurar o computador ou de explodi-lo. (PEDAGOGA ENTREVISTADA, SIC).

Sobre os projetos e se fogem muito do planejamento organizacional da equipe pedagógica, a entrevistada afirmou que essa não é uma problemática recorrente porque o tempo de trabalho na Inteceleri é flexível e que na maioria das vezes quando há algum atraso é em decorrência da própria clientela que deseja mudar de última hora o pedido ou desmarca encontros da consultoria:

Geralmente é pelo cliente, a gente (Inteceleri) fica pedindo para a pessoa entrar em contato sempre que necessário, quando tiver alguma dúvida e a resposta é “depois, amanhã”, isso acaba atrasando o avanço da escola no projeto e prejudicando nosso trabalho e organização; às vezes estamos trabalhando com outros clientes e temos que dar uma pausa por conta disso. (PEDAGOGA ENTREVISTADA, SIC).

Finalmente, na última pergunta do questionário, foi pontuado que as adversidades no planejamento organizacional seriam solucionadas ou pelo menos reduzidas desde que os funcionários da Inteceleri e os da instituição contratante dos serviços trabalhassem juntos e seguissem os cronogramas estipulados pelo contrato. Assim, não haveria contratempo e as atividades planejadas ocorreriam sem problemas:

Acredito que a falta de cooperação dos professores da escola contratante é o principal fator a prejudicar o nosso planejamento, porque muitas vezes eles desmarcam as aulas de consultoria ou são resistentes às tecnologias, o que sempre atrasa o cronograma criado pela equipe pedagógica. Então não é uma questão que compete só a nós da Inteceleri, mas também aos contratantes e seus funcionários. Se, de fato, todos seguissem o planejado, os contratempos seriam reduzidos pela metade, com toda certeza (PEDAGOGA ENTREVISTADA, SIC).

Após a aplicação desse questionário e das respostas obtidas, ficou evidente que o planejamento organizacional na Inteceleri é feito com bastante cuidado e se adapta a cada instituição contratante e que os poucos casos de incongruências e as dificuldades de aplicação do planejado surgem por falhas na comunicação, atrasos no cumprimento dos cronogramas ou resistências por parte dos funcionários das empresas contratantes. Dito isso, o plano-base desenvolvido pela equipe pedagógica da Inteceleri está levando em consideração os objetivos



da empresa acerca do uso de mecanismos tecnológicos de fácil manipulação no ensino básico e garantindo o lucro estipulado pela equipe financeira.

Considerações

A presente pesquisa possibilitou compreender a importância do pedagogo dentro de uma organização empresarial privada, Inteceleri, ao explicitar a necessidade deste profissional de pedagogia estudar constantemente para maximizar as potencialidades e a produtividade intelectual dos seus parceiros de trabalho, com foco na cooperação ativa entre eles, na realização pessoal, satisfação dos contratantes do serviço e no alcance das metas da empresa. Consecutivamente, ficou evidente pela análise via questionário, que as principais dificuldades vivenciadas pelos pedagogos no planejamento organizacional dessa startup, ou seja, o atraso na finalização da demanda e o conseqüente adiamento da entrega e aplicação dos serviços de tecnologia educacional para as escolas, seriam solucionadas ou pelo menos reduzidas desde que os funcionários da Inteceleri e os das instituições contratantes dos serviços trabalhassem juntos e seguissem os cronogramas estipulados pelo contrato. Em suma, compreende-se que ser pedagogo não é uma profissão fácil e unilateralmente voltada ao espaço escolar, pelo contrário, representa o caminho para uma diversidade de possibilidades de especialização e emprego no segundo e terceiro setores, desde que o profissional tenha compromisso com sua formação, horário de serviço e nas relações interpessoais.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- GIL, A. C. 1946. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOUVEA, N.; CARVALHO, C. P. Planejamento Organizacional: A linha tênue entre o sucesso e o fracasso. **Revista de Administração Uniesp**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-21, set. 2014
- MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.
- OLIVEIRA, A. A. R. O.; CAVALCANTI, M. C. M. **Ongs enquanto espaço não escolar: de quais competências estamos falando?** EPENN, 2014.



QUEM Somos. Inteceleri, 2022. Disponível em: <https://www.inteceleri.com.br/quem-somos>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

OLIVEIRA, A. A. R.; CAVALCANTI, M. C. M. ONGs ENQUANTO ESPAÇO NÃO ESCOLAR: de quais competências estamos falando?. In: Encontro de pesquisa educacional do norte e nordeste, 2014, Natal. XXII EPENN, 2014.

TREVISAN, N. V.; LAMEIRA, L. J. C. R. Formação do educador para pedagogia nas empresas. **Revista do Centro de Educação UFSM**, nº 21, Santa Maria: Editora UFSM, 2003.



ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: QUAL O PAPEL DA INTECELERI?

Kaila Melo Noronha

Introdução

De acordo com Montão (2002), o primeiro setor é o responsável por manter a organização social dentro dos grupos estabelecidos, grupos que formam e moldam a sociedade. Montão (2002) afirma ainda que esse Estado deveria ser para todos, ou seja, um direito de todo cidadão brasileiro de possuir o mínimo bem resolvido, como saúde, lazer, educação. Já o segundo setor tem como principal característica a comercialização, ou seja, dentro desse setor tudo pode ser uma mercadoria, um objeto de compra e venda, de troca, de negociação, é criado para suprir de certa forma uma necessidade da população e o terceiro setor representa a sociedade civil em que estão incluídas as organizações não governamentais (ONG's) (MONTAÑO, 2002).

É possível salientar ainda, que para Oliveira e Cavalcanti (2014) as organizações não-governamentais são consideradas públicas, porém ao mesmo tempo privadas, eles consideram que essas denominadas ONG's não querem em sua dita origem torna-se lucrativa, sempre tendem a melhorar uma situação do meio social, e dentro da pesquisa desenvolvida por oliveira e Cavalcanti (2014) elas são vistas como essenciais pelas pessoas envolvidas nesse setor, elas não podem deixar de existir e nem de prestar seus serviços de forma “gratuita”.

Dessa forma, a pedagogia se faz presente em diversos espaços não escolares, um desses é a startup de tecnologia do *google*, que tem por objetivo desenvolver projetos, soluções e ferramentas inovadoras que potencializam o aprendizado do aluno e qualifiquem o professor, e assim contribuir para a melhoria da educação no Brasil. A Inteceleri apresenta inovações tecnológicas para acelerar a mudança no processo de ensino e aprendizado no Brasil que conta com uma rede que atua tanto em escolas privadas, como em escolas públicas levando seus projetos para maior alcance e contribuindo dessa forma para a educação, voltada especialmente para a educação básica, e em especial a matemática, uma das disciplinas mais temidas pelos alunos e que há um alto nível de dificuldade e está em atuação desde de 2014, focada em formas mais acessíveis de aprender e ensinar (INTECELERI, *online*).



A pesquisa realizada tem por objetivo analisar como as contribuições pedagógicas dentro da empresa Inteceleri impactam dentro do contexto de organizações privadas – Segundo setor. Foi utilizada dois tipos de pesquisas para poder construir o trabalho, que foram: a pesquisa bibliográfica que consiste em dados de obras e autores que já existem ou que já escreveram sobre, ademais, foi utilizada também uma pesquisa de campo, pois houve o contato direto com a empresa, assim como coleta de dados a partir de questionário (SEVERINO, 2013).

A Inteceleri no ramo empresarial.

Nota-se que há uma grande preocupação de outros setores além do estado em amenizar as defasagens que existem dentro do meio social, como, por exemplo, a inteceleri, que tenta suprir uma necessidade geral.

De acordo com a pesquisa que foi feita dentro da Instituição, no dia 17 de outubro de 2022, o pedagogo assume uma grande importância dentro do contexto empresarial, visto que a Intecereli começou como um grupo de pesquisa dentro da Universidade Federal do Pará e ao longo de suas pesquisas foram ganhando visibilidade com seus projetos desenvolvidos dentro do grupo, sendo o Matematicando o primeiro deles, que era voltado ao ensino da matemática básica, pois perceberam que grande parte dos alunos tinham dificuldades com operações como adição, multiplicação, divisão e subtração.

Os profissionais conseguiram montar um aplicativo todo pensado e configurado para atender da melhor forma possível os alunos que estavam tendo contato com as contas, tentando deixar uma forma mais acessível e lúdica o ensino-aprendizagem, tudo isso foi possível graças também a visão pedagógica dentro do grupo, essa visão mais profunda e delicada em perceber as necessidades dos alunos.

Após o aplicativo ser desenvolvido eles passaram a ser uma startup da *google* e assim foram financiados pela empresa, virando então uma pequena empresa inovadora com um produto pronto para ser vendido tanto para as instituições públicas, quanto para a instituições privadas, com uma ideia tecnológica, com a intenção de resolver um determinado problema social, vendendo não só o produto, mas também a marca. Após esse aplicativo eles continuaram modificando e atualizando, sempre pensando em atingir a maior quantidade de alunos possíveis.

A startup desenvolveu também outros projetos, atualmente estão trabalhando em cima do Geometa, que possui o intuito de criar uma cidade no metaverso, ou seja, uma cidade



totalmente virtual. Eles criaram também os óculos virtual de miriti, que é uma ideia completamente inovadora e mais econômica, levando em consideração o produto original, tornando mais acessível o produto tanto para professores, quanto para alunos, que gera uma experiência melhor dentro de sala de aula, como em qualquer outro ambiente.

A Intecereli é um ambiente muito rico para construir cada vez mais tecnologia que possam ajudar o meio educacional a se desenvolver, voltado para a realidade das crianças e no compromisso com uma educação melhor e de qualidade, trazendo diversos nichos para dentro de suas criações como sustentabilidade, logística, acessibilidade nos produtos, para que assim possam impactar na construção desse ser social. Trazendo jogos e dinâmicas mais interativas para melhorar a experiência dos alunos na sala de aula e é nesse ponto que o projeto vai se iniciando, ou seja, na preocupação com a experiência dos alunos, principalmente em relação aos índices baixos dentro da matemática, sendo ela temida por muitos alunos.

O maior foco da startup é o meio educacional, por criar projetos para solucionar problemas desse meio, porém, mesmo com toda a equipe voltada para um único objetivo eles enfrentam alguns desafios, como a não aceitação do projeto pelas instituições públicas e privadas, a dificuldade em gerenciar e fazer todos trabalharem em conjunto, dificuldades em atingir todos os alunos, pois eles trabalham com métodos diferentes dependendo de qual perfil ou escola a Intecereli vai se implantar. Além do mais, encontram dificuldades também em deixar os times livres, com a liberdade e a flexibilização sem pressionar seus colaboradores, outra coisa é executar tudo no prazo determinado.

Considerações finais

Em suma, nota-se que o papel do pedagogo dentro da Intecereli é de grande importância e de grande contribuição pedagógica, visto que, é a partir desse profissional que as demandas ganham maior consistência, por mais que seja essencial pessoas de outras áreas do conhecimento, há grande ênfase no pedagogo, pois a Intecereli é uma startup da *google*, ou seja, uma empresa que necessita de lucro e de venda para se manter, e quem consegue ter esse olhar pedagógico acerca das necessidades dos alunos em relação aos produtos que são criados é justamente o pedagogo, esse profissional que consegue observar o que pode ser acrescentado ou melhorado dentro dos produtos desenvolvidos pela startup, produtos que são criados voltados para a educação.



Muito importante analisar que esse profissional possui a tarefa de mediar as situações que ocorrem dentro da Empresa sendo responsável por fazer as demandas fluírem com maior leveza dentro do ambiente de trabalho. Esse profissional cria uma melhor relação entre os colaboradores, e encontra métodos para deixar o trabalho do cotidiano mais tranquilo, assim como observa as demandas dentro das criações desenvolvidas pela empresa.

A Inteceleri possui um papel de grande relevância no contexto geral pedagógico de tecnologia, mas principalmente por estar diretamente ligada com questões sobre educação, pensando em amenizar problemas que ainda persistem em existir no atual contexto escolar por meio de tecnologias numa lógica de mercado.

Além disso, a empresa possui tanto lados positivos, quanto lados negativo, e uma das coisas que se pode perceber é o fato dela vender a imagem de comprometida com a educação e de solução para problemas que envolvem tecnologia e atrai investimentos estatais para receber incentivos fiscais, tal incentivo que poderia ir para uma empresa pública acaba indo para uma instituição privada. Nesse viés, torna-se um grande exemplo de ambiente onde o pedagogo pode trabalhar e contribuir sem que haja uma sala de aula para atuar, ou com turmas para ministrar, ambiente que necessita do desenvolvimento de outras demandas.

Referências

INTECELERI. **Inteceleri tecnologia para educação**. Belém. S.d. Disponível em: <https://www.inteceleri.com.br/>. Acesso em: 07/10/2022.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.

OLIVEIRA, Alysson André Régis Oliveira; CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro. **Ongs enquanto espaço não escolar**: de quais competências estamos falando? EPENN, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez, 2013.



O PAPEL DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA GARANTIA DO DIREITO SOCIOEDUCATIVO

Émina Márcia Nery dos Santos, Adriana de Nazaré Ribeiro Dias & Maria do Socorro Vasconcelos Pereira

Introdução

A educação como formação humana é realizada em diversos cenários sendo que a escola é um dos locais mais acessados para se apropriar do conhecimento científico historicamente sistematizado e a certificação exigida nas sociedades contemporâneas porque a “a escola, como espaço educacional privilegiado de socialização de informações e conhecimento, adquire uma atribuição fundamental na construção de uma cultura de respeito aos direitos da pessoa humana em sua essência” (SANTOS, 2019, p.10). Para além dessa perspectiva a educação sistematizada é ofertada em hospitais para crianças e jovens internados e também nas casas de detenção já que sua oferta é um direito constitucional primário assegurado na Constituição Federal de 1988.

No caso da socioeducação, aqui analisada com destaque, ainda encontramos alguns desafios para sua efetivação, tais como: preparo docente, disposição discente, organização de um sistema que permita uma transformação social do público envolvido, condições estruturais para esse tipo de educação, entre outros.

Nesse viés, o texto tem por objetivo analisar a função da escola como garantidora do direito à educação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE).

Os marcos normativos que embasam a garantia do direito à educação são originários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que expande a todos o direito à educação, da mesma forma, tal direito é instituído na Constituição brasileira. Já o direito à socioeducação se apresentou no Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 2009, sendo regulamentado por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, no ano de 2012.

Logo, a pesquisa bibliográfica como parte da metodologia foi essencial a partir de autores que discutem o conceito de socioeducação, como Guará (2010), Lopes (2014), Maraschin (2011), Paes (2008), Ranieri (2014) e Ribeiro (2006). Para Ribeiro (2006) a socioeducação está intrinsecamente conectada com a exclusão social de crianças e adolescentes, já Guará (2010) traz contribuições no sentido de positivar a identidade dos socioeducandos, criando melhores perspectivas em relação à sociedade e de reordenamento de suas vidas. Assim,



parte-se para a compreensão do princípio da dignidade humana, que possui raízes históricas profundas, como indica Sarlet (2015). Mas, sobretudo, aponta-se a busca por autonomia aliada com a necessidade de proteção, vinculada ao Estado e à comunidade.

O texto está dividido em dois subitens, além das considerações. Inicialmente destacaremos como se estabeleceu o direito à educação básica e em consequência, à socioeducação e, posteriormente iremos verificar qual a função da escola como ambiente garantidor do direito à socioeducação para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O direito à educação básica e a socioeducação como direito humano

As reflexões sobre a educação alcançam diversas áreas do conhecimento, tal como a teologia, a filosofia, a política etc. Assim, o conceito de educação não é único, estando em constante transformação. O conceito de educação elencado para este estudo foi elaborado por Carlos Rodrigues Brandão (1981) em seu livro “O que é educação”, no qual o autor informa que é um modo de vida dos grupos sociais, que é criada e recriada segundo a cultura e a sociedade, e é produzida e praticada para se reproduzir entre todos. Corroborando com essa noção entendemos que:

a educação é uma das estratégias concretas de acordo com a qual o homem pode se desenvolver plenamente, porque é a partir dela que poderá conseguir outros direitos, como saúde, saneamento, cultura e lazer condizentes com uma realidade de vida digna numa sociedade capitalista (VALE, 2022, p. 25).

Todavia, deveria ser do conhecimento de todos, por ser um direito, que a educação é um direito social que visa garantir aos cidadãos uma formação plena, a fim de que cumpram com seus deveres e gozem de seus direitos. Entretanto, é uma garantia constitucional, que em detrimento de processos de exclusão, precisa ser colocada em prática.

No artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹¹, declara-se que todos os seres humanos têm direito à educação, e que essa será gratuita ao menos nos níveis elementares. Além de direito, a educação é também reconhecida como uma obrigação, sendo orientada no sentido de promoção do desenvolvimento e da personalidade, assim como ao respeito pelos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A educação é um direito humano, já que é capaz

¹¹ ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>>. Acesso em: 26 de dez. 2021.



de oferecer instrumentos para o crescimento do indivíduo e da sociedade, sendo parte fundamental do princípio da dignidade humana, a ser ampliada pelos conhecimentos.

O direito à educação se faz presente no texto constitucional brasileiro¹², no capítulo III, artigo 205, no qual é estabelecida como direito de todos e dever do Estado e da Família, além da necessária colaboração da sociedade. Entende-se, com isso, que no processo de desenvolvimento da cidadania, sob os auspícios democráticos, a educação é colocada como o meio do qual se pretende chegar a um fim, o desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade democrática. Desde o nascimento tornamo-nos sujeitos de direito, cabendo à Família e ao Estado zelar por eles em todas as circunstâncias.

Com essas informações, lembra-se que as demandas sociais da educação precisam se apresentar em uma multiplicidade de contextos escolares, do qual aqui, elenca-se a socioeducação. A problemática envolve condições estruturais e condições reais de ensino e de aprendizagem, assim como, a inter-relação desses elementos na conformação de práticas socioeducativas. A universalização do acesso à educação básica, implícita na Emenda Constitucional n.59/2009, Art. 208, inciso I, que versa sobre a sua obrigatoriedade e gratuidade precisa considerar o contexto socioeducativo.

O direito à educação no contexto prisional de jovens, remete à própria origem do termo socioeducação no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹³, em que surge uma preocupação com a implementação de medidas socioeducativas. Além disso, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) foi instituído com a lei nº 12.594 de 2012 para regulamentar o cumprimento das medidas socioeducativas. Dessa forma, em termos legais, apresentaram-se avanços para a área dos direitos dos adolescentes que cometeram algum ato infracional.

Assim, compreende-se que a socioeducação é legatária da educação básica como direito. Cury (2002, p.169) buscou explicitar o conceito de “educação básica”, apresentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sob a perspectiva de um novo quadro de referências. Reitera, nesse sentido que a educação básica é um direito e uma nova forma de

¹² BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

¹³ BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. ano 1990, Disponível em:<https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 6 dez. 2021.



organização da educação nacional. O conceito de educação básica auxilia na compreensão sobre a realidade em que está inserido, mostrando os alicerces e os caminhos a serem seguidos.

A educação básica como direito se coloca como a ampliação da cidadania vinculada à educação, considerando as etapas da educação infantil, do ensino fundamental obrigatório e do ensino médio. Cada uma dessas etapas é constituída por dimensões únicas, mas que são progressivas e somam-se na construção da jornada estudantil. Assim, a educação básica é um conceito, um direito e uma forma de organização da educação no Brasil, como informa Cury (2008, p. 294):

Como direito, ela significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural. E é aí que se situa o papel crucial do novo conceito inclusive como nova forma de organização da educação escolar nacional.

Teoricamente, a educação básica busca esclarecer os processos educativos, buscando administrar as realidades educacionais que compreendem o espaço público. Com isso, o real pode ser compreendido através da visão conceitual, construindo as bases para a ação política. A abstração torna-se a força motriz do desenvolvimento do real, estabelecendo princípios e atuando de maneira constante para solucionar novas questões empíricas (CURY, 2002, p. 294).

Para que a Constituição Federal de 1988 alcançasse a todos, se fez necessário encontrar um ponto crucial que afetasse a todos, que fosse universal. A educação escolar emergiu como esse ponto, sendo proclamada como um direito, que além de direito em si, seria uma abertura para novas perspectivas cidadãs, como a demanda por novos direitos. Com a escola básica na estrutura da cidadania para todos, visou-se a transmissão de conhecimentos a serem acionados durante a vida, com novos hábitos e padrões sociais, segundo a “vontade geral democrática” (CURY, 2002, p.297).

Esse “espírito” foi captado pela LDB e traduzido como “educação básica”. Os pilares assentavam-se no combate à desigualdade, aos preconceitos e à intolerância, aliados à gestão democrática. A educação fundamental, conforme o primeiro projeto da LDB, em 1988, era colocada com o objetivo geral de desenvolvimento dos educandos de 0 a 17 anos, a fim de que participassem ativamente da sociedade. Além disso, a educação fundamental teria três etapas: a anterior ao primeiro grau, dos 0 aos 6 anos; a educação de primeiro grau, dos 7 aos 14 anos; a educação de segundo grau, dos 15 aos 17 anos (CURY, 2002, p. 298).

Em 1990 o termo educação básica foi modificado, tornando-se dever do Estado, assim como sua universalização em níveis e modalidades, sendo instituído no capítulo VII o título



“Da educação básica”, com o artigo 26 sobre as etapas da educação básica e o artigo 27 sobre seu objetivo, o desenvolvimento do indivíduo, a formação como cidadão e o oferecimento de meios para progressão no trabalho e nos estudos. No ano das 1992 às três etapas foram reconhecidas como um direito social, mas com a diminuição para cinco anos a duração obrigatória do ensino fundamental, com ênfase no ensino integral (CURY, 2002, p. 298).

Já em 1993, no projeto 101/93 da Câmara dos Deputados, era mantido no artigo 4º o conceito de educação básica com suas três etapas, com um capítulo próprio sobre a educação básica. No substitutivo do Senado, no ano de 1994, que teve o Senador Cid Sabóia como relator, o conceito foi mantido com as três etapas, com os mesmos nomes e objetivos. Já o Senador Darcy Ribeiro separou a educação infantil da educação básica, recuperando a duração mínima de oito anos para o ensino fundamental. Mas, o capítulo “Da educação básica” dissertou somente sobre o ensino fundamental e médio (CURY, 2002, p. 299).

O Senador José Jorge, relator final do projeto da LDB reconhece a adoção do conceito de “educação básica”, incluindo a educação infantil, fundamental e média. As finalidades consideradas foram o desenvolvimento dos educandos, a formação igual para todos exercerem a cidadania, com meios para a progressão no trabalho e nos estudos posteriores. O conceito de educação básica, geralmente, aparece associado ao adjetivo “comum”, como a formação básica comum dos conteúdos mínimos das três etapas, inciso IV do artigo 9º, como informa Cury (2002, p.299):

A ligação entre a dimensão básica e o conceito de comum, na educação, carrega um sentido próprio. Comum opõe-se a uma educação específica (do tipo ensino profissional), de classe (que constitua um privilégio) ou mesmo que carregue algum diferencial mesmo que lícito (escola confessional).

Contudo, ainda nos reportando à Cury (2002) outro aspecto fundamental a ser considerado é a atuação da diferença como direito, percepção proveniente de situações em que minorias sofreram os impactos do desenvolvimento histórico de exclusão social. Assim, a ordem jurídica incorporou o direito à diferença. A igualdade, por esse viés, não é suficiente para uma educação básica democrática, já que os sujeitos não partem das mesmas experiências sociais. Emerge disso a equidade, ou seja, uma adequação justa, que se adapta às situações concretas, vislumbrando as especificidades de cada experiência.

Com isso, determinados grupos sociais puderam ser atendidos, a exemplo de pessoas portadoras de necessidades especiais, a população afrodescendente ou indígena, assim como,



no caso específico desse artigo, os jovens que cometeram alguma infração e encontram-se no sistema prisional. Assim, o reconhecimento das diferenças é capaz de dar os subsídios necessários para se pensar nos processos necessários à garantia da equidade em âmbito escolar.

Partindo desses pressupostos, compreende-se que as reflexões acerca da educação básica também são parte daquelas destinadas à socioeducação. Concorda-se com Bisinoto *et al.* (2015) quando relacionam a socioeducação com a educação e o social, já que o compromisso ético-político com a sociedade é comum.

A socioeducação é uma política pública de caráter transformador, que demanda intervenções efetivas, capazes de afetarem as trajetórias dos indivíduos que contempla. O ato infracional emerge, conforme Bisinoto *et al.* (2015) como uma maneira de questionar o ordenamento social, assim, com o suporte da socioeducação os jovens têm a possibilidade de reconstruir seus modos de questionar tal ordenamento, sem recorrer aos atos violentos. Portanto, pensa-se, sobretudo, em ressignificação das trajetórias infratoras através da socioeducação: “As medidas socioeducativas são, portanto, ações pedagógicas e intencionais que materializam a concepção de socioeducação” (BISINOTO *et al.*, 2015, p. 583).

A função da escola na garantia do direito à socioeducação para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

A educação básica pública, como direito de todos e dever do Estado deve possuir como pressuposto a diminuição das desigualdades e das hierarquias sociais. Visa-se a função social da educação, sob os auspícios da igualdade e da equidade, democratizando a sociedade e o Estado, como indica Cury (2008). Nesse sentido, a educação básica sofreu desde fins do século XX até o início do século XXI, inúmeras mudanças, todavia, reitera-se que o olhar precisa voltar-se para além da escola pautada no ensino fundamental, mas sim, na escola que abarca a diferença, como aquela voltada para os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Assim:

Sabemos todos que a distribuição de renda e da riqueza no país determina o acesso e a permanência dos estudantes na escola. Sabemos também que o aumento da permanência de estudantes na escola depende da realização do direito ao saber, sob um padrão de qualidade possível de ser incrementado. E sabemos também que não se deve exigir da escola o que não é dela, superando a concepção de uma educação salvífica e redentora. Problemas há na escola que não são dela, mas que estão nela e problemas há que são dela e obviamente podem também estar nela. Considerar este



contexto socioeconômico descritiva e analiticamente, vê-lo como suscetível de superação por meio de políticas sociais redistributivas e considerar a situação da educação escolar enquanto tal são princípios metodológicos indispensáveis para uma análise adequada das políticas educacionais. (CURY, 2002, p.169)

Concorda-se com o autor, pois a função da escola precisa estar de acordo com as demandas sociais, todavia, tais processos vão além do mundo escolar, e o direito ao saber somente será efetivado quando outros direitos também estiverem, como à alimentação, moradia e saneamento básico. Sabe-se que o Brasil carrega uma extrema desigualdade econômica, o que incide em muitos estudantes pobres, resultando em problemas escolares que não seriam, idealmente, problemas escolares. Essas questões afetam o sistema escolar, fator percebido na evasão gradual e na piora do desempenho escolar.

Cury (2008, p. 179) informa que o ensino médio, sobretudo, como uma das etapas mais importantes da socioeducação, é o que se encontra mais longe da universalização, mesmo os recursos financeiros não atingem o necessário para abarcar a totalidade de estudantes. Também a Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltada para o ensino fundamental e médio é importante, consideradas as medidas socioeducativas, especialmente quando vinculado à educação profissional e técnica.

Entre as estratégias de inclusão que a escola pode oferecer destaca-se a autonomia, ela se faz importante para que os jovens assumam o controle de suas vidas de maneira positiva, refletindo sobre as suas perspectivas profissionais, por exemplo. Já a consciência crítica é importante para que os estudantes se reconheçam como sujeitos de direitos e de deveres, que fazem parte de uma coletividade, são cidadãos, criadores de experiências, vivências e epistemologias próprias, que muito podem contribuir para com a sociedade (GUARÁ, 2010, p. 50).

Esse aspecto é fruto de uma educação que se pretenda libertadora e humanizadora, e que para tal, precisa ter seus alicerces na valorização das diferenças e dos indivíduos, compreendendo-os como agentes ativos, que mediam e são mediados pela realidade. Assim, são sujeitos que aprendem, apreendem, conscientizam, refletem e agem. Dessa forma, a realidade poderá ser reconstruída e novas possibilidades de agência perante o mundo poderão ser acionadas (GUARÁ, 2010, p. 50).

Novas visões de sociedade podem ser construídas, nas quais os estudantes possam se ver reinseridos, com atenção para elementos como diálogo, solidariedade e respeito. Importa, com isso, pensar de que forma os adolescentes que passam por medidas socioeducativas



vivenciam a experiência escolar na qual estão inseridos, encontrando as problemáticas e propondo melhorias.

O cotidiano escolar com jovens que cumprem medidas socioeducativas traz, certamente, incertezas sobre de que forma a educação chega aos sujeitos como um direito social. Questiona-se, ainda, sobre como a escola atua como um espaço protetivo de direitos, e tais processos demandam bases de análise para serem compreendidos (GUARÁ, 2010). Dessa forma, acredita-se que um dos fatores que auxiliariam na resolução de tais questões seriam a análise das memórias educativas e da representação social da escola para esses jovens.

Assim, pensando especificadamente na função da escola para a garantia do direito à socioeducação para adolescentes em privação de liberdade, diria que a ela cabe um papel transformador. Mas, lembrando que tal transformação somente será plena quando acompanhada por uma mudança em toda a sociedade, ou seja, com o fim das desigualdades sociais.

Considerações

As investigações aqui realizadas buscaram compreender o direito a educação básica e suas relações com o contexto socioeducativo, percebendo quais as suas definições, potenciais e desafios. Para tanto, percebeu-se com a revisão bibliográfica que muitos desafios se impuseram e impulsionaram a produção teórica acerca da educação como direito, todavia, há muito a ser investigado, especialmente sob o prisma da socioeducação.

O acesso a todos à educação básica é o referencial para a construção de uma sociedade destinada a transformação das desigualdades sociais históricas, que restringem o exercício da vida cidadã, e com isso, torná-los sujeitos emancipados capazes de viver e conviver com as diferenças. As restrições que se apresentam na sociedade em relação ao acesso a educação de qualidade social têm contribuído para a elevação dos quadros de vulnerabilidade social e a ausência para muitas pessoas de subsídios destinados a produção do projeto de vida.

Este estudo ofereceu algumas implicações para a compreensão do direito à socioeducação, tendo em vista que é uma investigação de caráter inicial. Contudo, foi possível articular alguns estudos e começar a “tatear” a área de atuação, fazendo emergir problemáticas e uma revisão propositiva.

A socioeducação tem percorrido um longo caminho na sociedade brasileira, visto que por um lado é estigmatizada enquanto oferta destinada a sujeitos em cumprimento de medidas socioeducativas,



em sua maioria oriundo dos estratos economicamente desfavorecidos, que carregam o fracasso escolar em suas vidas. Por outro lado, a socioeducação defende um modelo pedagógico alinhado ao contexto e as singularidades dos sujeitos por ela atendidos. Assim, é impossível pensar a educação para além da realidade concreta de quem busca a apropriação do conhecimento para a transformação de suas condições existenciais.

Referências

- AZEVEDO, A. J. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 90-100, 2002.
- BISINOTO, C. et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p. 575-585, 2015.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 116 p.
- CURY, C. R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 38, n. 134, p. 293-303, maio 2008.
- CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002.
- CURY, C. R. J. **Os desafios da Construção de um Sistema Nacional de Educação**. Conferência.
- GUARÁ, I. R. Abrigo - comunidade de acolhida e socioeducação. In: M. BAPTISTA & I. R. GUARÁ (Orgs.), **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**, (p. 59-72). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa e NECA, 2010.
- MARASCHIN, C.; RANIERE, E. **Socioeducação e identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o SINASE**. Revista Katálysis, 14 (1), 95-103, 2011.
- PAES, P. O socioeducador. In P. PAES, S. AMORIM & D. PEDROSSINA (Orgs.), **Formação continuada de socioeducadores** (pp. 81-97). Campo Grande: Programa Escola de Conselhos. (2008).
- RANIERE, E. A invenção das medidas socioeducativas. **Tese de Doutorado Não-Publicada**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.
- RIBEIRO, M. **Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo**. Educ. Soc., 27 (94), 155-178. (2006).
- SANTOS, E. M. N. **A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e184961, 2019.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade (da Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.
- VALE, Cassio. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 199f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.



O TRABALHO DE PEDAGOGOS E ENGENHEIROS NO ÂMBITO DO PROMABEN

Elidiane do Socorro Souza de Assis & Marília do Nascimento Barbosa

Introdução

Os egressos dos cursos de Pedagogia possuem um campo de atuação muito além do ambiente escolar mesmo que este seja o principal campo na área do trabalho. Suas possibilidades de atuação são empresas e instituições como um número elevado de funcionários que exige uma dinâmica técnica e pedagógica para mediar o trabalho coletivo, ou seja, grandes empresas necessitam de um profissional com essa formação.

Os campos de atuação pedagogo podem ser, hospitais, penitenciários, supermercados, *shoppings*, escritórios de advocacia, escritórios de engenharia e obras públicas, como é o caso do Promabem, aqui analisado com destaque. Nesse caso específico, outros profissionais se destacam como o profissional de engenharia para que as obras sejam viabilizadas “e não basta a ele saber as normas de execução e elaboração de projetos, mas também conhecer um conjunto de procedimentos e formalidades específicas ligadas à aplicação dos recursos públicos” (UNIT, online, 2022).

Na função desempenhada pelos engenheiros civis, por exemplo, há uma responsabilidade maior na execução das obras e na mediação com a equipe de trabalho em função dos contratos envolvidos e dos limites de execução com obras públicas.

Para atuar na gestão de obras públicas, o engenheiro precisa estar preparado e qualificado para lidar com normas e regulamentos, conhecendo suas peculiaridades, seus instrumentos legais, ferramentas e marcos regulatórios. São conhecimentos que geralmente não se adquire no meio acadêmico, e a falta deles pode ocasionar um controle gerencial deficitário. A Engenharia Civil detém um papel estruturante no desenvolvimento de um país, responsável por realizações de interesse social e humano. Quando as informações são insuficientes, há um grande risco das obras e serviços de engenharia apresentarem qualidade insuficiente, com problemas legais ou com preços incompatíveis com os mercados (UNIT, online, 2022).

Nesse viés, os engenheiros são determinantes na materializam de empreendimentos a exemplo do Promabem que impactam, diferentes bairros da capital paraenses, próximos a Universidade Federal do Pará (UFPA), *campus* Belém, com alterações na geografia, na infraestrutura, na dinâmica diária e no modo de viver pelos impactos decorrentes das obras, o



que exige uma organização sistêmica do poder público e internamente na execução dos trabalhos que envolve distintos profissionais e distintas áreas em conjunto como pedagogos, engenheiros, motoristas, etc. Assim o texto tem como objetivo descrever como ocorre o trabalho de pedagogos e engenheiros no âmbito da organização do Promabem.

A metodologia consiste na pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2002) decorre de material já publicado sobre o assunto como livros e artigos científicos que neste texto envolve diretamente as possibilidades de atuação de equipe multidisciplinar em um empreendimento de obra pública. Além disso, o material envolve parte de minha trajetória profissional como engenheira no Promabem.

As possibilidades de atuação de pedagogos e engenheiros em equipe multidisciplinar

De acordo com Montañó (2002), a organização da sociedade e dos setores sociais em geral, são divididos em três, sendo eles: primeiro setor, o Estado, a esfera pública; segundo setor, o mercado, o setor privado e sua dinâmica; e o terceiro setor, composto por organizações sociais que envolve tanto o setor público quanto o setor privado. Há uma correlação de forças presentes nas sociedades capitalistas, que disputam o poder pelo controle das políticas públicas, que implicam projetos societários em escala global como no caso das obras do Promabem na capital paraense.

Ainda segundo o autor, essa divisão permite que essa forma de trabalho seja executada sobre diferentes aspectos, contratos e dinâmicas, que podem tender a enfraquecer lutas coletivas nas melhorias das condições de trabalho, porque o terceiro setor é majoritariamente composto por sujeitos do setor privado e o trabalho nessas organizações pode não ter um controle social adequado desenvolvido em equipes multidisciplinares.

No caso dos profissionais de Pedagogia estes podem atuar nos diferentes setores sendo sua função exercida sobre diferentes contextos, sujeitos, e projetos permanentes de dispostas já que a legislação em vigor, estabelece que as relações empresas, tenham um profissional de pedagogia em seu quadro, para dinamizar o trabalho coletivo, orientar o planejamento em trabalho equipe, e fortalecer as dinâmicas do grupo em prol do êxito na empresa, nesses casos não escolares o foco é lucro, diferente do aspecto de ensino e aprendizagem na escola (OLIVEIRA, CAVALCANTI, 2014).



Segundo Libâneo (2006), as diretrizes que norteiam trabalho pedagogo são permeados que hoje trazem consequências para forma e locais de atuação, dos refrescos da pedagogia. Isso significa que, as possibilidades de atuação muitas vezes não são compatíveis, quais reais competências técnicas desses profissionais.

Ainda segundo o autor entres os aspectos positivos, da variedade dos campos de atuação pedagogo, podemos destacar que:

- I. A pluralidade de profissionais de diversas áreas na mesma empresa
- II. A junção de saberes pedagógicos em ambientes técnicos
- III. Equipe multidisciplinares podem gerar maior êxito nas empresas

Os espaços não escolares, exigiram reformação de currículos para atender novos campus de Logo, é bastante positiva a atuação dos pedagogo junto com outros profissionais que não são formados em cursos de licenciaturas porque distintos profissionais cada um com sua competência pode contribuir para o êxito de empresas.

Tais profissionais no caso de obras públicas estão incluídos em equipes multidisciplinares com funções específicas técnicas e um trabalho de mediação junto não licenciados. Por sua vez os engenheiros como segundo leque de profissionais analisados no contexto das obras do Promabem tendem a assumirem funções mais condizentes com suas áreas de formação.

O profissional engenheiro civil participa no processo de planejamento, contratação, execução e acompanhamento das obras públicas no âmbito municipal, estadual e federal. Com uma atuação tão ampla, é importante ter conhecimento sobre o conceito de obra pública e os mecanismos legais que regem sua responsabilidade técnica na gestão da obra pública. Esta responsabilidade vai desde a fase de planejamento, onde esse profissional elabora os estudos de viabilidade para, em seguida, gerir a elaboração do projeto básico, assessorar a comissão de licitação, fazendo a análise das propostas técnicas apresentadas pelos participantes do certame licitatório, acompanhar a execução e, além da fiscalização, conhecer suas atribuições como fiscal da obra pública (UNIT, online, 2022).

Em pesquisa realizada por Magalhães e Valente (2020) sobre a formação e atuação de engenheiros em obras públicas identificaram que

em sua maioria, que os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de engenharia civil não foram suficientes para desempenhar a atual função e que os conhecimentos necessários foram obtidos principalmente na troca de informações com outros profissionais da área (p.94).

Os autores defendem ainda que os currículos que formam os engenheiros precisam ser revistos de forma que as universidades possam dar maiores condições para que os futuros



profissionais possam ter mais condições de serem responsáveis pelo gerenciamento e execução de obras públicas.

Caracterização das ações do Promaben: em foco o trabalho da equipe multidisciplinar

A Prefeitura Municipal de Belém (PMB), por meio do Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben) com financiado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está executando obras do Programa na Região Metropolitana de Belém (RMB), que começou em novembro de 2019, passou pelo período da Pandemia de Covid-19 e no ano de 2023 ainda avança em etapas que causas modificações de várias ordens aos moradores.

A realização de obras de saneamento e urbanização e de ações sociais que beneficiarão os moradores dos bairros de São Brás, Cremação, Guamá, Jurunas e Cidade Velha, localizados nas bacias hidrográficas da Estrada Nova e do Una.

O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova - Promaben é uma iniciativa da Prefeitura de Belém em parceria com o BID para realizar projetos de saneamento, urbanização e ação social que beneficiarão 300 mil moradores diretamente, além daqueles que passando pelas obras terão melhores condições de tráfego e segurança.

Estudos mostram que os baluartes hidrográficos de Belém ao longo da Estrada Nova e da Una são os mais movimentados e criticados da cidade. Mais de um quarto (35%) da base da Estrada Nova oscila constantemente. Esses ataques atingem cinco mil famílias, ou cerca de trinta mil pessoas, que vivem em condições de saúde precárias e vulneráveis a transferências de um lugar ao outro. Todo esse trabalho é realizado por uma equipe multidisciplinar que coletivamente realiza projetos e os coloca em prática, faz avaliação em campo, elabora relatórios e propõe novas ações como estratégia de promover o desenvolvimento.

Conclusão

As atividades de rotinas desenvolvidas pelos engenheiros do Promaben, são várias, que vai desde elaboração de planejamento, projetos, certames de licitação, fiscalização e execução de contratos e obras, perícia e avaliação de imóveis, gestão ambiental e social, monitoramento da qualidade ambiental, participação em consulta pública com as partes interessadas, ações sociais na comunidade, educação ambiental e sanitária, dentre outras atividades.



Já as atividades de rotinas desenvolvidas pelo pedagogo do Promaben, atua na execução de programa de educação ambiental e sanitária, em comunidades e políticas educacionais, identifica problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, desenvolve estudo com abordagem metodológica, compatibilizando com o público-alvo, na construção das ações previstas nas atividades e seus respectivos materiais de apoio.

Referencias

BELÉM (Pará). Prefeitura Municipal de Belém. **PROMABEN II** – Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova. Prefeitura Municipal de Belém, [on-line], 2021. Disponível em: <https://promaben.belem.pa.gov.br/subcoordacao-social/promaben-ii-programa-de-saneamento-da-bacia-da-estrada-nova/>. Acesso em: 19 jan. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Diretrizes curriculares da pedagogia**: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 843-876, out. 2006.

MAGALHÃES, S. L. C.; VALENTE, M. J. P. **O papel da engenharia na gestão de obras públicas**: formação e atuação profissional. Brazilian Journal of Production Engineering, 6(2), 81-96. 2020.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.

OLIVEIRA, A. A. R. O.; CAVALCANTI, M. C. M. **Ongs enquanto espaço não escolar**: de quais competências estamos falando?. XXII EPEN. Natal, 2014.

PORTAL UNIT. **O papel do engenheiro na execução de obras públicas**. Sl. 2022. Disponível em: <https://portal.unit.br/blog/noticias/o-papel-do-engenheiro-na-execucao-de-obras-publicas/>. Acesso em: 26 fev. 2023.



ASPECTOS PEDAGÓGICOS NOS ESPAÇOS DE TURISMO

Natália Corrêa de Freitas Garcia & Larmartine Figueiredo Garcia

Introdução

Os espaços de turismo possuem funções nas sociedades capitalistas que vão desde o lazer até a movimentação na economia e há um aspecto que se destaca no conjunto, aqui analisado com destaque, que é a função pedagógica. Isso porque o profissional do turismo precisa estudar sobre todas as peculiaridades do local visitado com a finalidade de orientar da melhor forma possível os visitantes.

Nesse viés, o texto tem o objetivo de apresentar algumas características pedagógicas que envolvem os espaços turísticos a partir da literatura disponível. A relevância do estudo consiste em apresentar como a área do turismo dialoga diretamente com outras áreas do conhecimento como a Pedagogia, o que pode fomentar aspectos para melhoria dessas áreas.

A metodologia consiste na pesquisa bibliográfica que segundo Severino (2013) ela é executada a partir do material disponível em que o pesquisador passa a ter maiores informações sobre o objeto estudado. Logo, esse tipo de pesquisa balizou toda a escrita em função dos conceitos desenvolvidos e das ideias de outros pesquisadores que colaboram para situar os setores sociais de turismo e como se desenvolve a questão pedagógica.

Setores sociais como possibilidade de organização comercial

A organização dos setores sociais por área de atuação, padrões, financiamento, lucro e demais aspectos facilita o atendimento, o público-alvo e as finalidades dentro das sociedades modernas capitalistas a exemplo do Brasil que é um país em desenvolvimento que fomenta o comércio e o turismo nas suas cinco regiões.

Para Montañó (2002) os setores sociais podem ser percebidos como Primeiro (Estado-público), Segundo Setor (privado-comércio) e Terceiro Setor (Organizações sociais) que não se dizem públicas e nem privadas, mas que executariam atividades direcionadas à população mais vulnerável e assim também conduziriam políticas e movimentariam recursos mesmo que em estágios mais modestos, segundo seus defensores que ganharam destaque a partir da reforma do Estado brasileiro na década de 1990 na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).



O autor realiza uma crítica ao Terceiro Setor quando afirma que as Organizações Não governamentais (ONG's), instituições filantrópicas e similares que se enquadram nesse setor estão executando ações mais próximas ao mercado, Segundo Setor. Isso ocorre porque há uma movimentação de recursos por meio de doações e isenções e há uma organização própria que pode enfraquecer lutas coletivas por meio de políticas. Além disso, a comercialização nesse setor se faz presente e movimenta recursos mesmo que sob o discurso de uma dita ajuda para fazer o que Estado não foi capaz.

Em um movimento ainda mais recente surge o chamado “Setor Dois e Meio” que seria a junção do Segundo com o Terceiro Setor numa mistura que executa ações sociais sem negar o lucro. Vale (2022) conceitua que no Setor “Setor Dois e Meio” são realizados negócios sociais que são:

formas reinventadas do mercado para que a condução da vida das pessoas possa ser norteada pelos princípios mercantis, segundo os quais as grandes empresas, filantropos e articulações privadas em redes alteram seu discurso de exploração para expandirem certas formas de controle esteadas no próprio sistema capitalista (VALE, 2022, p.20).

Nesse tipo de setor social são realizados negócios que envolvem milionários que investem parte de suas fortunas em ações que podem mudar aspectos sociais, mas com garantia de algum retorno do investimento, ou seja, é algo intencional. Isso posto, podemos inferir que mais esse setor social possibilita diversas formas de movimentação econômica e turísticas porque há possibilidades de negócios há possibilidades de se movimentar a economia por meio do lazer, cultura, esporte etc, o que fomenta o turismo de alguma forma.

Dentre desses setores existe a possibilidade de fazer turismo seja no espaço público, no privado ou por meio daqueles com viés mais social já que todos possuem questões próprias que podem despertar interesse do público e assim vai demandar organização para visitas, fomento a economia e desenvolvimento de aspectos pedagógicos tanto para o profissional como o público. Tais questões serão analisadas no tópico seguinte.

Alguns resultados: o turismo enquanto espaço de desenvolvimento pedagógico

Ferreira (2001) destaca que turismo pode ser compreendido como um conjunto de atividades que envolve deslocamento de pessoas individuais ou em grupo de um lugar ao outro no sentido de conhecer sobre o espaço que motivou tal deslocamento. É uma área que apresenta relativa história como pode ser observada no quadro 1.



Quadro 1 – noções de turismo

CONCEITO	AUTOR	ANO
“Turismo: a teoria e prática de viajar, deslocar-se por lazer. Uso, depreação”	Dicionário Oxford	1800
A etimologia da palavra permite indicar sua procedência latina tornus (torno) como substantivo, e tornare (redondear, tornear, girar) como verbo	Fuster	1974
“Turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou Estado”	Hermann Von Schattenhofen	(1974, p. 21)

Fonte: Elaboração própria com base em Moesch (s.d)

A partir dessas noções podemos destacar que o turismo possui íntima relação com o deslocamento de pessoas com o propósito de se chegar a um ponto desconhecido ou mesmo rever um local já visitado.

Além disso, sua etimologia apresentada no quadro 1 induz que o turismo possui relação com dar voltas, redondear, ou seja, girar em torno de algum lugar que se almeja ter acesso na sua íntegra, conhecer todos os detalhes.

Quando o sujeito tem acesso ao local novo ali se instala aspectos pedagógicos pelo fato de se estudar ou, pelo menos perguntar a outros como chegar ao local, a história, as pessoas que já passaram por ai, as regras e demais questões.

O quadro 2 a seguir destaca alguns aspectos pedagógicos e sociais que envolvem os espaços de turismo.



Quadro 2 – Aspectos pedagógicos que envolvem o turismo

Aspecto	Contribuição	Fonte
Cultural	o turismo contribui para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural	Dall'Agnol (2012)
Economia	Gera uma atividade socioeconômica sobre o mercado receptor e cria-se empregos	Dall'Agnol (2012)
Educação	Companhia e diálogo entre as pessoas	Marinho 2003

Fonte: Elaboração própria (2023)

Os aspectos pedagógicos dos espaços de turismo podem ser observados pelos meios culturais, economia e a educação porque a partir deles se ensina a história da cultura local e do espaço, se ensina a movimentação econômica da região e também se possibilita escolhas e sensibilidades às pessoas quando marcam encontros para fazer visitas, o que releva que há uma íntima relação entre educação e turismo.

Referências

- DALL'AGNOL, S. **Impactos do turismo x comunidade local**. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Turismo e paisagem – relação complexa. Caxias do Sul, 2012.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001.
- MARINHO, A. **Turismo de Aventura e Educação: Desafios e Conquista de Espaços**. Turismo - Visão e Ação - volume 5 - n.1 - jan/abr 2003.
- MOESCH, M. M. **O domínio material e conceitual do turismo**. S.l. S.d. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2/Artigo_23.pdf. Acesso em 05 mai. 2023.
- MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53–64, 2002.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Cortez. 2013.
- VALE, C. **A educação como negócio social na Amazônia brasileira**. 199f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SETORES SOCIAIS

Glaice da Silva Nascimento & José Bittencourt da Silva

Introdução

As práticas pedagógicas são desenvolvidas em diversos espaços da sociedade mesmo que a escola ainda seja o campo que absorva parte significativa dos profissionais de Pedagogia em função das ações próprias desses espaços formativos. Para, além disso, empresas, instituições sociais e filantrópicas, startup que são empresas emergentes no mundo nos negócios e tantos outros que realizam um tipo próprio de fazer pedagógico na atual conjuntura.

A Educação Ambiental (EA), aqui analisada com destaque, pode e deve ser promovida em todos eles em função da íntima relação com a economia e com a qualidade de vida do homem porque os recursos naturais são finitos e devem ser utilizados da melhor forma possível,

Exemplo dessa preocupação global é a Agenda 2030 proposta no ano de 2015 que demanda de um esforço coletivo de diversos setores na promoção de 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS's) que devem ser de responsabilidade de todos para que assim o mundo consiga direcionar suas políticas públicas a partir de valores internacionais deliberados por economistas, o que remete relativa subordinação das questões ambientais às demandas financeiras (ONU, 2015).

Cossetin, Domiciano e Figueiredo (2020) destacam que Agenda 2030 fomenta uma organização do setor público aos anseios das questões ambientais e assim se utiliza a educação a serviço do desenvolvimento econômico.

As políticas educacionais públicas configuram-se como elemento central para a organização, oferta e gestão da educação pública em nível nacional. Neste sentido, uma agenda acordada mundialmente com os Organismos Internacionais, subscrita pelo Brasil e mediada pelo processo de correlação de forças presentes no Congresso Nacional, tem refletido em textos legais, programas, projetos e ações governamentais para os diferentes níveis e modalidades de ensino (p.2).

Verificamos uma íntima relação desse documento com as deliberações que os governos devem executar para promoção da EA por meio da educação formal e informação, o que coloca a escola e demais instituições como indutoras.

Logo, podemos inferir que a EA na conjuntura das sociedades capitalistas balizará a organização dos setores sociais, sendo eles: 1º Setor é a esfera pública – o Estado; 2º setor



mercado – as empresas privadas que visam lucro e; 3º setor – que envolve as organizações sociais em geral que não se intitulam privadas e com direcionamento ao público (MORALES, 1998). Assim o texto tem o objetivo de apresentar como se desenvolve a EA nos setores sociais.

A metodologia foi pautada na pesquisa bibliográfica a partir dos debates sobre EA e sua inserção nos setores sociais que perpassam todas as sociedades e ela são desenvolvidas com material já publicado sobre o tema.

ALGUNS MARCOS EM EA E SUA INSERÇÃO EM DIFERENTES SETORES SOCIAIS:

Com a institucionalização da lei nº 9.795 / 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, o governo nacional buscou atuar em duas frentes a prevenção e a proteção ao meio ambiente como enfoque no ensino e envolvimento da sociedade no desenvolvimento de práticas de educação ambiental para a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, ancorado na concepção de Educação Ambiental, como “processo formativo do qual os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente”.

Tal regulamentação normativa estabelece um rol de critérios para que a Educação Ambiental materialize se no contexto nacional através do ensino formal em todos os níveis e modalidades do processo educativo ofertado pela esfera pública e privada de ensino, porém, não há previsão orçamentaria de sua execução na lei, fato este justificado, pelo veto do presidente da república da época. Fernando Henrique Cardoso, no caso o artigo 18.

Embora o veto do artigo 18 da PNEA tenha inviabilizado uma fonte específica para educação ambiental, o artigo 19 da lei, ao determinar a necessidade de alocação de recursos nos programas relativos ao meio ambiente e educação, contribuiu para que o Plano Plurianual (PPA), previsto na Constituição Federal, passasse a prever recursos para a área.

No tocante a oferta da educação ambiental não formal prevista na lei compreende se como ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Ao analisar a lei percebe se o esforço do legislador em assegurar que as três esferas do Poder Público devem assumir o compromisso de promover a Educação ambiental com o desenvolvimento de campanhas educativas, da divulgação de programas ambientais utilizando



dos meios de comunicação em massa (rádio, TV e redes sociais). Estimular a ampla participação da escola, das universidades e ONGS em atividades de proteção e educação para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, inclusive com a parceria de empresas públicas e privadas que tenham o mesmo propósito.

Torna se oportuno mencionar que à intervenção do setor privado no publico evidenciado pela normativa vigente, põem em pauta a reflexão a respeito das práticas de educação ambiental que os setores têm desenvolvido e os resultados obtidos. Observa se que ao transferir para o setor de natureza privada as atribuições da educação ambiental “não formal” na perspectiva de prática educativas, com predomínio de abordagens de práticas conservacionistas e pragmáticas que desenvolvem se através de formações conteudistas, direcionadas a sensibilização, formação da consciência despolitizada dos sujeitos, de adesão de comportamentos individualistas e postura que buscam formar indivíduos ecologicamente corretos e que lutem em prol de proteger e preservar o meio ambiente.

Contrário a essa perspectiva de abordagem da questão ambiental e da educação ambiental, torna se salutar que objetive a formação de indivíduos responsáveis ambientalmente, de modo que se comprometam social, histórico e politicamente a construir sociedades sustentáveis na perspectiva crítica em buscar mudar radicalmente as relações existentes atualmente, tanto as relações entre a humanidade quanto entre humanidade e a natureza (LOUREIRO 2009; REIGOTA 2009).

Considerando a relação entre o primeiro setor e os dois outros setores, e a tendências da educação ambiental, fora possível a organizar a partir do levantamento das produções dissertativas dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará a identificação de praticas pedagógicas em conformidade com o primeiro, segundo e terceiro setor em conformidade com o quadro 1.



QUADRO 1 – Práticas de EA nos diferentes setores sociais

SETOR	PROMOÇÃO DA EA
1º	Roda de conversa, palestras, aula passeio, mapa mental, história de vida, criação de livros paradidáticos direcionados a alunos do ensino fundamental I através de Projetos Interdisciplinares em educação Ambiental com o envolvimento interativo interdisciplinar da educação ambiental com as disciplinas de Ciências, História, Geografia, Matemática, Português e Artes. (AVELAR,2019, p.49).
2º	Ações sócio – educativas, formação de agentes comunitários multiplicadores , Campanha Educativa para informação das populações ribeirinhas quanto aos riscos e cuidados durante as fases de instalação e operação do empreendimento e Campanha informativa sobre o reflorestamento das áreas mineradas e sua importância para conservação dos sistemas aquáticos e terrestres promovidas pelo Programa de Educação Ambiental (PEA), desenvolvido pela empresa Terra Meio Ambiente para a ALCOA no município de Juruti (PA) (VELLOSO,2010 p.47)
3º	Campanha seletiva, confecção de lixeiras, palestras na escola da comunidade, limpeza de áreas públicas da vila, conservação de áreas limpas, limpeza de poço, mutirão de limpeza, atividade de artesanato, exposições artísticas, atividades recreativas na praia de Fortalezinha desenvolvidas pelo Grupo Ambiental de Fortalezinha do Município de Maracanã (BARBOSA,2020, p.114,).

Ao analisar os produtos dissertativos colhidos nos programas de pós-graduação em Educação no período de 2005 a 2022 fora possível observar que as práticas de educação ambiental são desenhadas em conformidade ao setor ao qual elas são originárias, evidenciando, as tendências e concepções de educação. No primeiro setor a predomínio de práticas pedagógicas que se materializam na escola através da pedagogia de projetos e o uso da perspectiva interdisciplinar na escola. No segundo setor é possível perceber investimentos em campanhas educativas de preservação e formação de multiplicadores e a fonte de recursos provem da iniciativa privada. No terceiro setor observa se práticas educativas que originam se da necessidade que a comunidade local evidencia se e a partir dessa problemática constitui se projetos interventivos sobre a realidade calçada nos direcionamentos de preservação do meio ambiente.

A EA como tema transversal no currículo escolar, deverá ser entendida como uma temática que perpassa por todas as áreas do conhecimento, de forma atual e dinâmica, e não um ponto de vista das ciências biológicas e da vida. Além de uma conscientização sobre a relação



com o meio natural, a inserção da EA no ambiente não escolar propõe uma recombinação das atitudes que a sociedade em relação ao meio ambiente, a formação de sujeitos políticos, com plena capacidade de leitura crítica da realidade, com capacidade de indignação e de mobilização em oposição contra uma ordem socioambiental injusta e predatória, conforme Layrargues (2020) defende.

Logo, a Educação Ambiental, desenvolvida pelo 1ª, 2º e 3º setor devem ter por fim a promoção de práticas educativas promovedoras de mudanças sociais e formação de consciência ecológica dos estudantes, dos multiplicadores e da sociedade como um todo.

Referências

AVELAR, M. C. **Educação ambiental e Interdisciplinaridade:** da formação inicial à prática pedagógica na educação básica. 2019. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós Graduação em Rede Nacional para Ensino de Ciências Ambientais, Instituto de Geociências, UFPA, Belém, 2019.

BARBOSA, A. F. L. **A educação ambiental na Amazônia:** um estudo da experiência do Grupo Ambiental de Fortalezinha (GAF). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará Belém – 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4. ed. Cortez. São Paulo, 2009.

COSSETIN, M.; DOMICIANO, C. A.; FIGUEIREDO, I. M. Z. A Unesco e a declaração de Incheon: o protagonismo do setor privado na agenda mundial para educação 2030. **Revista Educere Et Educare**, v. 15, n. 37, p. 1-22, out./dez. 2020.

LOUREIRO, C. F. B.; TREIN, E.; TOZONI-REIS, M. F. C.; NOVICKI, V. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. **Cad. Cedes**, 29(77):81-97, 2009

LAYRARGUES, P. P. **Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada.** Ensino, Saúde e Ambiente – Número Especial, pp. 44-88, 2020

MORALES, C. A. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 4, p. 115-147, out./dez. 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Educação 2030:** Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Genebra: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/uudp9dbx>. Acesso em: 12 mai. 2023.

REIGOTA M.O **que é educação ambiental.** Brasiliense, São Paulo, 112p. 2009.



VELLOSO, L. P. L. **Empreendimentos econômicos e política ambiental na Amazônia:** um estudo sobre os programas ambientais e a educação ambiental no contexto da mineração ALCOA no município de Juruti no Estado do Pará. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2010.



CAMINHOS DA ESCOLA BÁSICA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO PARA A DEMOCRACIA: OS DESAFIOS PÓS- GOLPE DE 2016

Émina Márcia Nery dos Santos & Máira Silva Nogueira

Introdução

Este texto busca provocar reflexões e problematizar os caminhos a serem trilhados pela escola básica, enquanto instrumento de formação para democracia brasileira, em seu processo de reconstrução, tendo como marco legal a promulgação da Constituição Federal de 1988, no intuito de trazer um paradigma emancipatório (FREIRE, 2011), enquanto perspectiva para a educação escolar, partindo da criticidade, da autonomia, da politização dos educandos e da construção do conhecimento a partir da realidade destes, subsídios considerados fundamentais para uma formação educacional cidadã, tal qual discutiremos, pois exploram as disputas de interesses e as relações de poder instituídas nas políticas que gerem a educação brasileira, conseqüentemente suas finalidades, o perfil formativo dos sujeitos, modelos de investimentos e financiamento, recursos didáticos, entre outros.

A partir desse objetivo surgiu a seguinte questão: “Quais as possibilidades de conceber a escola básica, a partir das políticas educacionais pós-golpe de 2016, como um ambiente de formação para a democracia?”, a qual buscamos responder neste estudo bibliográfico. A hipótese a provocar esta questão é que as políticas educacionais propostas no período analisado limitam o caráter democrático da formação educacional dos educandos, em razão de retrocessos de investimentos, gestão, formação docente, resultado da concepção do papel da escola enquanto garantidora desta educação democrática que defendemos.

Um dos elementos de sustentação desta hipótese é o contexto político no qual foram discutidos, elaborados e publicados dois importantes documentos orientadores da educação básica escolar, as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos e a Base Nacional Comum Curricular, documentos bastante criticados e controversos quanto ao seu conteúdo, formato de elaboração e implementação. Ambos os documentos são apresentados em meio a um processo político nacional que refletiu não apenas na área educacional, mas em



diversos campos das políticas públicas, na relação com a sociedade civil, movimentos sociais, com o mercado e até na política internacional, iniciado no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Por fim, registramos os impactos deste mesmo processo político também no âmbito da institucionalidade que gere a educação básica brasileira, as medidas administrativas, contudo que incide sobre a implementação das políticas, como a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e o “NOVO FUNDEB”, aprovado em 2020.

Nos termos do artigo 205, a Constituição configura a educação como um direito social, que visa “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). A partir daí seguem as condições para a garantia de tal direito, o que significa que a legislação educacional e documentos de referência compreendem o papel político das práticas pedagógicas, todavia a distância entre as políticas educacionais e a realidade escolar, especialmente na perspectiva formativa que estamos tratando, é abissal e precisa ser problematizado.

Não cabe apenas constatar essa fragilidade, mas identificar as possibilidades de prosperarmos, a fim de traçar caminhos para o cumprimento dos objetivos da educação. Da forma como compreende a legislação e autores já citados, propomos aprofundar as concepções de democracia, de cidadania, o entendimento sobre o papel da escola, a partir do contexto pós-golpe de 2016.

Buscamos atentar à qualidade do ensino básico brasileiro, no tangente à formação para a democracia tendo como centro de atenção, a escola e seu papel nas transformações sociais e políticas da sociedade e do Estado brasileiro para contribuir no fortalecimento do vínculo intrínseco entre escola e política, compreendendo que se a escola não for vista como o espaço de pleno exercício da democracia, não haverá caminho para a consolidação de uma sociedade democrática.

Para tanto, como método de desenvolvimento da discussão, apresentaremos uma breve revisão bibliográfica a fim de sustentar a concepção de democracia que norteará a discussão ora proposta; amparada em um referencial teórico produzido por pesquisadores da área educacional, serão compartilhadas considerações sobre a escola enquanto espaço de formação para a democracia, dentro do contexto histórico e político e, por fim, apresentaremos uma



síntese de nossas reflexões articulando os seguintes elementos: democracia, escola e políticas educacionais.

Educação e democracia: a construção de um paradigma de formação

Democracia é um termo bastante utilizado nas sociedades atuais para definir uma forma de governo. Segundo Miguel (2014), ao longo da história recente, acompanhamos uma diversidade de configurações de democracia, fruto da ressemantização deste termo por governos e sistemas políticos, “adequando seu significado para a ideia que defendem” e colocando a palavra em condição de disputa, o que faz necessário observar seu sentido em determinada realidade para compreendê-lo.

Segundo Cremonese (2014), Alexis de Toqueville, um dos principais teóricos da democracia, considerou a importância de os indivíduos educarem uma alma democrática, como forma de construir e sustentar uma sociedade baseada na igualdade de seus entes, o que só seria possível através da participação constante de todos na vida pública. “O grande medo de Toqueville é que se estabeleçam instituições democráticas incapazes de dar aos cidadãos ideias e sentimentos que o preparem para a liberdade. Da mesma forma, se os governos democráticos não permitirem que os cidadãos usem sua liberdade política, não haverá independência para ninguém”. (Cremonese, 2014, p.16)

A chamada “alma democrática” consiste no respeito aos direitos, no equilíbrio dos poderes, na garantia e busca incessante de igualdade de condições para a população, na ação política dos indivíduos, no princípio da soberania popular, no associativismo cívico, com vistas a despertar o espírito de coletividade dos cidadãos, combatendo o centralismo das decisões.

Uma sistematização mais objetiva trazida por Miguel (2014), indica que dois sentidos estão presentes na palavra, inclusive para o mundo acadêmico. Aquele herdado pelos gregos, o sentido etimológico do termo (*governo do povo*); e o sentido eleitoral afirmando a participação da população na escolha de seus representantes, ainda que os dois sentidos sejam, entre si, incompatíveis.

O autor aponta para duas correntes da teoria democrática, sendo estas a vertente hegemônica que ele chama de “elitista” e a “democracia deliberativa”, as quais seriam a primeira a predominante e a segunda, uma possibilidade.

No caso do Brasil, a democracia é uma experiência considerada curta, vide os longos períodos ditatoriais, resultado de golpes de Estado em diferentes momentos históricos. Miguel



(2019) faz uma importante análise do mais recente período democrático em nosso país, apontando para as consequências da fragilidade das instituições nacionais, do não rompimento com setores das classes dominantes, a subjugação da política a estes setores e o papel da grande mídia para esta fragilidade.

Para Santos (2002), a chegada do debate sobre a democracia, na década de 80, inserindo novos atores na cena política, atende a necessidades objetivas dos processos de derrubada dos regimes militares. No caso do Brasil, a Constituição aprovada em 1988, reflete bem os elementos apresentados pelos referidos autores, em oposição às características ditatoriais, tais como a participação social, o reconhecimento de movimentos organizados na vida política do país e a proposição de instrumentos legais para garantir esta participação.

Entretanto, precedente ou paralelamente a tais práticas e/ou políticas de participação da sociedade, sustentamos a necessidade de formar os sujeitos, ainda no âmbito escolar, para a vivência política, em uma perspectiva de formação para a democracia, corroborando com discussões inspiradas em Gramsci, as quais apontam a necessidade de estabelecer a hegemonia das classes trabalhadoras em processos de transformação por elas conduzidas, via ampla participação, mobilização, para a condução do poder político, como aponta Fontes (2018).

Nesta linha gramsciana, Nosella (2016) indica a “escola ‘desinteressada’ do trabalho” como o caminho do teórico sardo para formar a classe trabalhadora para tal desafio, tendo o trabalho como princípio pedagógico desde a infância, através de brinquedos e brincadeiras, modificando o currículo escolar a fim de promover às crianças, adolescentes, jovens e adultos, saberes que compreendam várias dimensões do conhecimento.

A finalidade deste sentido de ensino é preparar intelectuais no seio da sociedade, do povo, do proletariado. A “Escola Unitária” idealizada por Gramsci articula a formação profissional e humanista, em uma acepção da formação integral dos indivíduos, com conhecimento cultural, moral, científico para governar o Estado Proletário, este sim, hegemonicamente democrático. (NOSELLA, 2016).

Um dos principais estudiosos de Gramsci no Brasil, Coutinho (1979), comenta a tendência vigente ao longo da história do Brasil, de decisões tomadas pelas elites, atendendo a conciliação de seus interesses. Sem descartar as conquistas obtidas nesses processos, ainda que limitados ou a serviço principal do liberalismo econômico. O autor levanta a importância de avançar em conquistas mais profundas, consolidando as que foram alcançadas e, fundamentalmente, no sentido de democracia que rompe como institucionalismo, socializa a



política, promove a participação efetiva, trilhando um “caminho para ‘elevar a nível superior’ a democracia”.

Cabe apontar as provocações trazidas por Saramago (2013) no que tange ao papel da Universidade, da sociedade, a respeito da discussão sobre democracia. Diz o autor que, na Universidade tudo se discute. Todos os temas relevantes à sociedade onde se insere, refletem-se nas produções acadêmicas, à exceção da democracia. “Num mundo que se habituou a discutir tudo, uma coisa não se discute, precisamente a democracia [...]. Pois eu digo discutamo-la, meus senhores...” (Saramago, 2013, p. 73).

Saramago defende que as universidades se apropriem, se debruçam e promovam a discussão em torno da democracia, pelo sentido formativo educacional desta, desde a infância, e tal sentido não deve se perder na repetição recorrente da palavra, a fim de não a estragarmos. Registra também a diferença entre instrução e educação, e que para que esta última se dê, é necessário preparar também os professores, rompendo com o processo de “deseducação sistemático e profundíssimo”. (Saramago, 2013).

Trazemos para a escola básica o mesmo desafio, pensar uma “pedagogia para a democracia” que promova uma educação política, da participação social, do compromisso com os direitos e liberdades conquistados até hoje, vinculada às condições materiais de vida digna e às práticas democráticas para além dos espaços de poder.

Ao encontro das considerações já compartilhadas, temos a sistematização elaborada por Maria Victória Benevides (1996), que propõe uma “educação para a democracia” a partir de duas dimensões, “a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis.” Estas dimensões compreendem três elementos, a formação intelectual e a informação, a educação moral e a educação do comportamento. (Benevides, 1996, p.226)

Aliadas a estas primeiras observações, a autora define os valores republicanos e democráticos a serem semeados. Estes valores se vinculam diretamente ao objetivo formativo das duas dimensões da “educação para a democracia”, alcançando os sujeitos envolvidos nos processos educacionais ao compromisso com uma educação para a democracia, entendendo os instrumentos e valores democráticos como elementos inerentes a uma educação libertadora, politizada e atuante, tal qual afirma Paro (2002):

Como não há democracia sem verdadeiros democratas, e como estes não nascem prontos, mas são construídos pela apropriação histórica da cultura proporcionada pela educação, é preciso instaurar um ensino fundado na aceitação mútua, em que o



educando desempenha o seu papel de educar-se como verdadeiro sujeito político, exercitando, na forma e no conteúdo, a relação pedagógica (democrática) imprescindível para a construção de uma sociedade que não seja fundada na dominação (PARO, 2002, p.19).

Vinculando o olhar pedagógico ao campo das políticas educacionais, Luís Fernandes Dourado defende ser imprescindível apreender as políticas educacionais “no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade.” (DOURADO, 2007, p. 992).

Assim, concluímos que as políticas educacionais brasileiras determinam desde a organização escolar até as práticas pedagógicas dos docentes, em toda a educação básica e tem, hoje, como grande adversário ao financiamento, a Emenda Constitucional 95/2016, a qual limita os investimentos nas áreas sociais e, conseqüentemente, a implementação, criação ou mesmo a ampliação de políticas públicas para a educação em todos os níveis e modalidades.

Para compreendermos melhor esta problematização, reportemo-nos inicialmente ao período colonial brasileiro, com o início da exploração econômica no território, um verdadeiro saque às riquezas, baseado na violência e na opressão dos povos indígenas, pela subjugação de sua cultura, tentativa de uso da mão de obra pelo escravismo, resultando no extermínio de alguns desses povos e dominação de outros.

Saviani (2011) aponta esse processo em três momentos:

a colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra, subjugando seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizados das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese, entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores (SAVIANI, 2011, p. 29)

Cabe registrar a importância da igreja católica no processo de colonização, tendo como principal braço a ordem jesuíta, representada pela “Companhia de Jesus” e sua pedagogia que inaugura a escolarização no Brasil, enquanto mecanismo de sujeição dos indígenas, com a finalidade de aculturar estes povos via catequização, a serviço da Coroa Portuguesa para a dominação, ocupação e exploração do território. (Saviani, 2011).

Saviani descreve o período pós-jesuítico, quando a educação, não apenas nas colônias, mas em Portugal como um todo, são desvinculadas da igreja, sendo as escolas e até as Universidades fechadas e os religiosos expulsos das terras portuguesas, alterando a lógica educacional neste período. Com isso, passa para o Estado português a responsabilidade educacional, porém em ritmo lento, no chamado período da Reforma Pombalina, quando passa



a vigorar “o ideário iluminista na forma apreendida pelos estrangeiros.” (SAVIANI, 2011, p. 99).

Ainda segundo o mesmo autor, este período histórico da educação da então colônia portuguesa é marcado por concepções burguesas e iluministas. Seus principais ideólogos defendem o fim das classes gratuitas e da escolarização em regiões mais pobres, a fim de que os jovens não busquem ofícios distintos de seus pais, fixados em suas aldeias, onde a instrução e o conhecimento não seriam necessários, afora o saber religioso, em uma clara reprodução do processo colonial nas mentes do povo.

A ótica que buscamos destacar daí é que as primeiras experiências educativas no Brasil têm como finalidade exatamente aprisionar, limitar, intimidar os sujeitos. E este sentido de educação vai se mantendo a serviço das elites mesmo quando passamos ao império e, posteriormente, à república, nas diversas configurações político-econômicas presentes na história.

Nesse aspecto, a herança do mais longo e cruel período de nossa história, pautado na escravidão dos povos africanos, se mantêm em diferentes nuances observadas nas condições de trabalho da população negra e mesmo nos preconceitos e discriminações vistas na sociedade atual, tal qual no período pós-escravidão, quando os povos escravizados “ganham” a liberdade e se deparam com a total omissão do estado e novas relações de trabalho tão exploradoras quanto na fase pré-abolicionista.

Sobre tal discussão, remetemo-nos às elaborações de Frigotto (2004), que traça a clara dicotomia da escola pensada pelas elites dominantes, políticas e econômicas, para a perpetuação de seus privilégios. Uma educação da cultura, da formação intelectual para os filhos das elites, e a escola da formação para o trabalho precoce e precário, alienadora, para os filhos das classes trabalhadoras. Uma formação educacional do conhecimento, da intelectualidade para aqueles que sucederão no poder e a escola da preparação para o trabalho e a sujeição, àqueles que sustentarão os privilégios dominantes.

Indicando exceções para alterar a lógica político-econômica-educacional estabelecida, o autor levanta a necessidade de políticas de distribuição de renda que viabilizem a permanência dos filhos das classes trabalhadoras por mais anos na escola, ampliação do ensino regular integrado ao profissional, valorizando experiências pedagógicas de movimentos sociais, como o MST, na redistribuição de recursos para o que chamamos “terceiro setor”, bem como também



de enfrentar o direcionamento de recursos para pagamento de dívidas públicas em detrimento aos investimentos em políticas sociais, rompendo com a lógica neoliberal que domina o Brasil.

Por fim e se tratando do momento delicado da conjuntura política, em que se deu uma ruptura do sistema democrático, com o golpe de Estado de natureza jurídico parlamentar, qual a definição de Maturscelli (2020), se faz pertinente observar a instabilidade onde se formulam as mais recentes políticas educacionais.

A análise do sociólogo Jessé Souza (2016) reconhece este processo como um golpe às instâncias governamentais e à institucionalidade, assim como às conquistas democráticas, abrindo caminhos para sucessivas derrotas dos trabalhadores, instabilidades econômicas, recuo nos investimentos e forte conservadorismo, fragilizando o Estado Democrático, suas estruturas e seus “princípios fundamentais”.

No que pese o processo de redemocratização ter sido de grandes mobilizações e ter resultado na fundação de organizações sociais, em ampla participação política da sociedade, o período de forte neoliberalismo vividos nos anos 90 promoveu um recrudescimento dessa participação; redução do papel do estado pelas privatizações e paralelo sucateamento dos serviços públicos; deslocamento de recursos para o terceiro setor, fortalecendo mecanismos de poder; e criminalização dos movimentos sociais.

Um dos principais alvos desse ataque neoliberal foi a educação pública. Acompanhamos a fragilização das universidades federais e, ainda que com a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, as dificuldades de acesso e permanência de crianças, jovens e adultos na educação básica foi uma realidade.

É possível abrir um paralelo entre o período, anterior ao golpe de 2016, de importantes mudanças e conquistas para um segmento da população historicamente relegado em nosso país (para a classe trabalhadora), baseado na lógica de investimentos em políticas sociais, inclusive na área da educação básica e superior, na indústria nacional, criação de instrumentos de participação social, ampliação das relações externas, entre outras questões considerados estratégicos para o desenvolvimento de uma nação que necessita reduzir desigualdades históricas.

Ainda assim, as mudanças de caráter ideológico, os investimentos, os novos horizontes do desenvolvimento social se mostraram insuficiente para fazer frente as imposições do capitalismo global sobre a educação e suas políticas. De acordo com Libâneo, “as políticas educacionais têm seu lastro em orientações de organismos internacionais [...] desde a adesão



do governo brasileiro às recomendações formais expedidas pelas Conferências Mundiais sobre Educação para Todos [...].” (LIBÂNEO, 2016, p.48).

Observando a trajetória das políticas educacionais, inferimos maior ou menor preponderância das diretrizes da UNESCO e Banco Mundial nas políticas em governos liberais e de esquerda. Atualmente, nota-se profunda subserviência do governo às referidas diretrizes, aliado a traços fortes do neoconservadorismo, resultando em ações e omissões por vezes sutis, de natureza moral, financeira, ideológica e política.

Dourado (2019) corrobora afirmando que a educação é alvo de medidas governamentais que se contrapõem ao caráter democrático que deve ter. Iniciativas como a elaboração e aprovação de uma Base Nacional Comum Curricular, de caráter excludente e meritocrático; o esvaziamento do Conselho Nacional de Educação, que perdeu seu caráter plural e amplo, com a saída de entidades de representação estudantis e docentes; a falta de interesse na discussão e aprovação de um novo fundo de manutenção da educação básica que considere a garantia da qualidade do ensino; tentativa de aprovação de leis de caráter autoritário, como o “Escola sem Partido” e de intervenção nas Universidades Federais, são algumas das medidas mais arbitrárias.

A Base Nacional Comum Curricular é a política educacional que hoje representa mais explicitamente os elementos que considero devem ser combatidos na educação brasileira, são eles: a submissão do governo aos interesses do mercado internacional, como aponta Libâneo (2016); esvaziamento da função formativa da escola (tendo como referência a LDB e a Constituição Federal); a priorização das competências em detrimento aos conteúdos, aspecto quase unânime entre os pesquisadores da educação, como observamos; o próprio processo de elaboração do documento conduzido arbitrariamente, face às reivindicações e desacordo de especialistas e estudantes; e com estreita relação com este estudo, a ausência do teor democrático no documento.

Este último item é analisado com acuidade por Santos e Tomé (2020), que indicam a responsabilização da escola na solução dos problemas sociais prioritariamente a partir da mudança do currículo, mas que tende a reproduzir, dentro da lógica defendida no documento, as desigualdades sociais historicamente observadas. Por fim, as autoras afirmam que o teor da democracia trazido no documento é substancialmente vinculado à democracia burguesa, sem vislumbrar os ideais de liberdade e transformação.



Para Saviani (2018), é necessário reconhecer os limites institucionais da escola, das teorias pedagógicas que as influenciam e das políticas públicas que a determinam, ao mesmo tempo que os professores são chamados à reflexão sobre a relação entre estas determinações e a realidade da escola, da prática pedagógica e do processo educativo enquanto um processo político (SAVIANI, 2018).

O olhar crítico e atual do autor sobre esses pontos relacionados à escola é um alerta para não responsabilizarmos em demasia este espaço. “Reconhecer os limites” é admitir que a escola não é uma instituição isolada da sociedade, que é instrumento ideológico de um sistema de governo, que professores e estudantes também são parte desta mesma sociedade. Reconhecer que em uma sociedade autoritária, antidemocrática, negadora da ciência e de direitos, não será a escola a redentora das desigualdades.

Por isso, há que se ter cuidado na condução das análises para não cairmos em frágeis argumentos ou mesmo distorcer referências na ânsia de encontrar respostas à problematização trazida aqui.

Ainda assim, acreditamos que a educação é um instrumento estratégico no processo de conformação de uma sociedade democrática. Sua possibilidade de produzir conhecimento, despertar o senso crítico e ser elemento transformador do *status quo* é ímpar, mas impossível de acontecer senão pela presença de um profundo sentido democrático em todo o seu processo que se dá, predominante, nas escolas, por isso a importância que pensá-la e constituí-la como este espaço onde os direitos são garantidos e os cidadãos são formados.

Considerações finais

Ao considerarmos, na hipótese deste artigo, a possível existência de lacunas entre as políticas educacionais estabelecidas pós-golpe de 2016 e a perspectiva de constituir a escola como espaço de formação para a democracia, propusemo-nos a investigar análises de pesquisadores, teóricos clássicos e a realidade política brasileira, de forma integrada, com o objetivo de constatar ou não tal hipótese.

Procuramos refletir as possibilidades do papel da escola enquanto espaço diverso de convivência, de produção e troca de conhecimentos, de formação cultural e intelectual de sujeitos, a partir das estruturas em que está configurado o modelo educacional brasileiro, demonstrando como o conjunto de eventos interpretados pelos pesquisadores auxiliam na compreensão dos traços deste modelo, bem como alguns componentes limitantes.



Ao definirmos a democracia como direção para o processo educativo, ancoramo-nos nos valores e princípios que permeiam (ou deveriam permear) uma sociedade democrática, as relações sociais e, naturalmente, o ambiente escolar, articulado ao conhecimento científico e cultural, compreendendo que são estes aspectos inerentes à formação politizada, à autonomia dos sujeitos e à construção de uma sociedade livre das determinações do poder econômico.

Apresenta-se o desafio de propor políticas educacionais que dialoguem mais com a realidade histórico-social brasileira, que considere as lacunas apontadas no decorrer da discussão que trouxemos, fruto desta realidade, como estabelecer critérios de avaliação, não do desempenho dos estudantes, mas das características de materialização das políticas no processo de implementação.

Pensar a formação inicial e continuada dos professores neste mesmo prisma é outro desafio delicado, mas possível, visto que as análises trazidas para subsidiar nossa discussão nascem nas Universidades, nos espaços de formação desses profissionais, ou seja, circundam, teoria e formação, o mesmo espaço.

No tocante à formação educacional escolar, Maria Victória Benevides (1996) e Paro (2000), pautados em teóricos como Gramsci e Arendt, apontam a necessidade de a escola pública ser um espaço de formação dos educandos para a vida em convívio e a construção da democracia. Ambos consideram estas características pressupostos da qualidade educacional e necessidades frente a conjuntura brasileira.

Governos de caráter neoliberal e neoconservador submetem seus países a imposições e regras definidas por organismos internacionais, em geral configurados para atender a geração de mão de obra para o mercado, cuja politização não interessa à manutenção do *status quo*, e esta é uma característica forte das políticas educacionais brasileiras. Isso reforça a necessidade de formar para a democracia, abarcando conhecimento crítico sobre estas relações de poder, de dominação econômica, implica transformações no sistema neoliberal.

Deste modo, concluímos que o sistema de governo vivido nos últimos 30 anos, apenas por força de suas legislações e da representação política, não seja capaz de superar as contradições, opressões de toda a colonização e, em seguida, das experiências governamentais antidemocráticas e elitistas.

Tais conclusões reforçam a afirmação de Benevides (1996) de que são necessários conhecimentos científicos, informação, formação moral e de comportamentos articulados, sem negligenciar quaisquer destes elementos, para que se desenvolva um processo educativo capaz



de preparar os indivíduos para o exercício da cidadania e conseqüente construção de uma sociedade efetivamente democrática, o que não é possível sem políticas públicas educacionais que traduzam este sentido de formação na escola, que é o “locus privilegiado” para tal (BENEVIDES, 1996).

A provocação de Saramago nos exige pensar a educação como um ato político-democrático, formar cidadãos para, de fato, exercerem a cidadania (sem correr o risco de ser redundante), assim enfrentando os desafios aqui levantados, refletindo a problemática para transformar as políticas educacionais brasileiras.

Referências

BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova**. São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Brasil: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In.: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Nº 9. Rio de Janeiro. Revista Civilização Brasileira. 1979.

CREMONESE, D. Alexis de Tocqueville e os fundamentos cívicos da democracia na América. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 23, n. 1, 2014.

DOURADO, L. F. Estado, Educação e Democracia no Brasil: Retrocessos e Resistências. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, e0224639, 2019.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 921-946, 2007.

FAUSTO, B. História concisa do Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (org.) **Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

INSTITUTO DA DEMOCRACIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. A cara da democracia, 2021. Disponível em: <<https://www.institutodademocracia.org/blog/categories/a-cara-da-democracia-no-brasil>> Acesso em 27 dez 2021.



LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, p. 38-62, 2016.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas**, 14(2), 67-102, 2020. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv14n2.02020,28759>

MIGUEL, L. F. **Democracia e representação territórios em disputa**. São Paulo Editora UNESP, 2014.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

NOSELLA, P. *A escola de Gramsci*. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, V. Educação para a democracia: o elemento que faltava na discussão da qualidade do ensino. [CD] In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. *Anais: educação não é privilégio*. ANPED, 2000.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação na gestão de escolas públicas. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, julho de 2002.

SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, E.; TOMÉ, L. O discurso ausente de democracia na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 25, 2020.

SARAMAGO, J. **Democracia e Universidade**. Belém: ed.UFPA; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.



A IDEOLOGIA DO TERCEIRO SETOR PARA UMA PEDAGOGIA MERCANTIL

Genilda Teixeira Pereira Amaral & Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos

Introdução

De acordo com Scheiber (online), a Pedagogia pode ser compreendida como “a teoria ou ciência da prática educativa. Desenvolveu-se paralelamente a esta prática ao longo da história da civilização ocidental” e ela decorre de muitas mediações e contradições porque nas sociedades capitalistas como o Brasil há intencionalidades que podem ser materializadas pela educação muitas vezes utilizadas a serviço do desenvolvimento econômico (SANTOS, 2014).

Scheiber (online) destaca ainda que a Pedagogia assim como as demais ciências é permanente campo de disputas ideológicas, curriculares e sociais porque há um interesse nela em função dos desdobramentos de sua atuação com alcance nos sujeitos.

Destaca-se também como a Pedagogia passou por diferentes interpretações e enfoques, desde a reflexão ética associada à filosofia até a abordagem empírica e prática da formação da criança para a vida. Além disso, o debate sobre a cientificidade da pedagogia nas ciências humanas, e como essa disciplina tem sido alvo de diferentes perspectivas, desde o positivismo até abordagens mais contemporâneas que a veem como uma ciência prática com sua própria linguagem e método a colocam em campo de interesses de diversos grupos sociais (SCHEIBER, online).

Nesse viés, destacamos três setores sociais que disputam a condução da Pedagogia, sendo eles: primeiro (Estado), segundo (Mercado) e terceiro setor (Sociedade civil) que segundo Morales (1998) são organizados a partir dos interesses da Economia porque é essa realidade do sistema capitalista de produção, o que faz com que a educação seja utilizada a serviço do desenvolvimento econômico. Ainda de acordo com o autor os dois primeiros setores são mais fáceis de serem definidos quanto suas finalidades e o Terceiro é que possui meandros porque nele estão incluídas algumas entidades que são um “conjunto de associações e organizações que recebem uma variedade de nomes e de definições: terceiro setor, setor não-governamental, setor sem fins lucrativos” (p.126).



Assim, o texto tem por objetivo fazer uma análise do tipo de pedagogia proposto pelo Terceiro Setor. A metodologia está pautada na pesquisa bibliográfica que, conforme dito por Gil (1991), é um método que se baseia no uso de material já elaborado, como livros e artigos científicos. É uma abordagem amplamente empregada em diversos estudos, podendo até ser o foco exclusivo de algumas pesquisas. Especialmente em estudos exploratórios e na análise de ideologias ou diferentes perspectivas sobre um problema, a pesquisa bibliográfica se mostra essencial. Essa metodologia proporciona um embasamento teórico sólido, permitindo uma análise aprofundada e embasada em fontes confiáveis e consolidadas.

A ideologia do mercado que norteia a Pedagogia proposta pelo Terceiro Setor

A ideologia do mercado que orienta a Pedagogia promovida pelo Terceiro Setor representa uma abordagem que merece reflexão crítica porque “as dimensões subjetivas, por sua vez, passam a ser assimiladas a um falseamento do conhecimento verdadeiro dos objetos” (SADER, 2007, p.10).

Essa perspectiva implica que a ênfase na lógica mercadológica pode levar a uma simplificação e mercantilização do processo educativo, o que não é verdade dentro dos parâmetros de formação humana para além do mercado competitivo. Ao subordinar a formação dos indivíduos a lógicas comerciais, pode-se comprometer a compreensão genuína e aprofundada dos conteúdos, subjugando os aspectos subjetivos e pessoais a interesses econômicos. Deve-se considerar que a educação não deve ser reduzida a uma mera transação comercial, mas sim concebida como um processo de desenvolvimento integral, que envolve aspectos cognitivos, emocionais e sociais. A imposição da lógica do mercado pode, portanto, limitar o potencial emancipatório e transformador da educação, ao enfatizar resultados quantificáveis em detrimento do desenvolvimento pleno dos sujeitos (SADER, 2007).

Dessa forma, deve-se questionar ideologias que se apresentam como verdade absoluta como no caso do Terceiro Setor que possui uma lógica de mercado porque o mais adequado seria buscar alternativas que priorizem uma abordagem pedagógica mais ampla e enriquecedora em sua totalidade. A reflexão sobre o papel do mercado na educação é essencial para garantir que as práticas pedagógicas promovam, de fato, o desenvolvimento integral dos indivíduos, em vez de reduzi-los a meros consumidores de conhecimento.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da



produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal a das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. Por exemplo, numa época e num país em que o poder monárquico, a aristocracia e a burguesia lutam entre si pela dominação, onde portanto a dominação está dividida, aparece como ideia dominante a doutrina da separação dos poderes, enunciada então como uma “lei eterna” (MARX E ENGELS, 2007, p.46).

Marx e Engels (2007) ressaltam a influência das ideias da classe dominante na formação das ideias dominantes em uma sociedade que pelo fato de serem replicadas diariamente passam a ser entendidas como o correto. Os autores argumentam que a classe que detém o controle dos meios de produção material também exerce domínio sobre os meios de produção espiritual, incluindo as ideias e pensamentos que permeiam a sociedade.

É possível inferir que as ideias dominantes refletem as relações materiais de poder existentes na sociedade em cada época e com sujeitos e meios disponíveis, sendo uma expressão ideal das dinâmicas de dominação, dos grupos que se formam e como a evolução social que demanda novas ferramentas de dominação.

Isso significa que as concepções e valores que predominam em uma determinada época são moldados pelos interesses e perspectivas da classe dominante, representando uma justificação ideológica de sua posição de poder que não encontra barreiras para a sua disseminação. Os indivíduos pertencentes à classe dominante, por possuírem os meios de produção material, também têm a capacidade de influenciar a produção e disseminação de ideias na sociedade. Portanto, além de exercerem controle econômico, eles também desempenham um papel significativo como pensadores e produtores de ideias (MARX E ENGELS, 2007).

Como parte desse processo de constituição ideológica que se reflete na educação Montañó (2021) crítica o chamado “terceiro setor” ao apontar que, apesar do crescimento significativo de organizações não governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas ao longo das últimas três décadas, a importância do termo vai além dos dados quantitativos que mudam



a concepção de sociedade, de políticas públicas e a noção de homem para um determinado tipo de vida.

O autor discute que o conceito de "terceiro setor" acaba sendo ideologicamente usado para mascarar um fenômeno muito mais profundo e impactante: a desmontagem do padrão de intervenção social estatal que foi historicamente construído e estabelecido na Constituição de 1988. Isso implica na criação de uma nova abordagem de resposta social orientada pelos princípios neoliberais. Destaca-se que, segundo a Constituição brasileira, a Seguridade Social é um direito do cidadão e um dever do Estado, constituindo uma política universal e não contributiva. Essa abordagem foi uma conquista significativa dos cidadãos e trabalhadores na década de 1980, representando um esforço para estabelecer algo próximo a um "Estado de Bem-Estar Social" no Brasil, o que nunca aconteceu.

Portanto, Montaño (2021) questiona a verdadeira intenção por trás do crescimento do "terceiro setor", e destaca a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre o impacto dessa transformação na maneira como a sociedade lida com as necessidades sociais de seus cidadãos que refletem numa desresponsabilização do estado com as causas sociais.

Considerações

Verificamos que a ideologia a partir do referencial crítico analisado corresponde a um falseamento do real, porque as classes com mais poder econômico tendem a persuadir para fazer valer seus ideais. Assim, identificamos que o tipo de pedagogia proposto pelo Terceiro Setor está alinhado com um ideal de mercado porque pessoas individualmente ou em grupo passam a executar as tarefas que são de responsabilidade do Estado e tomam para si um poder deliberativo que reflete na educação e na conformação de homens e mulheres que atendam ao que é ditado pelo mercado.



Referências

- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. **Editora Atlas**. 1991.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONTANO, C. O "terceiro setor" como uma nova modalidade de intervenção social: o retiro do direito de cidadania e o dever do Estado. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**. n. 16, ano 5, p. 133-151, 2021.
- MORALES, C. A. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 4, p. 115-147, out./dez. 1998.
- SADER, E. Apresentação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, T. F. A. M. **Educação e desenvolvimento: que relação é essa?** Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 219–238, jan./abr. 2014.
- SCHEIBER, L. **Pedagogia**. Verbetes. Gestrado UFMG. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/pedagogia/>. Acesso em 03 out. 2023.

Realização:



ICED

